

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Curso de Especialização em História e Culturas Políticas

**O TRABALHISMO COMO CULTURA POLÍTICA (1937-1954)**

**ALBERTO PERINI NETO**

Belo Horizonte  
Fevereiro de 2012

ALBERTO PERINI NETO

**O TRABALHISMO COMO CULTURA POLÍTICA (1937-1954)**

Trabalho final apresentado ao curso de especialização em História e Culturas Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Professor Adalson Nascimento

Belo Horizonte  
Fevereiro de 2012

## **SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA.....</b>	<b>5</b>
<b>3. TRABALHADORES ORGANIZADOS E O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHISMO NO BRASIL.....</b>	<b>13</b>
<b>4. O TRABALHISMO COMO CULTURA POLÍTICA.....</b>	<b>28</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>50</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O período entre os anos de 1937 e 1954 fora marcado por uma intensa industrialização, assim como da transformação das relações existentes entre trabalhadores e Estado, o que resultou numa tradição política das mais significativas em nosso país ainda nos dias de hoje, o trabalhismo.

O trabalhismo no Brasil decorre de detalhado esforço para se transformar as lutas que se arrastavam desde 1890 em políticas concretas em benefício do trabalhador, legitimando o Estado frente a estes. Esta forma de atuação, apesar de ser tratada por alguns historiadores como uma ferramenta de transformar os trabalhadores em massa de manobra política, criou no imaginário de uma grande parte deles um forte elo que, com as propagandas do Estado voltadas para seu líder, Getúlio Vargas (1883 – 1954), a construção de uma bem orientada ideologia baseada na democracia social antagônica ao liberalismo democrático e na formação de um partido político após o fim do Estado Novo (1937 -1945), o PTB, se solidificou.

Desta forma, este trabalho tem o objetivo de apresentar um importante projeto político, assim como valer da experiência histórica de ambos os lados deste elo, Estado e trabalhadores, a fim de evidenciar como estes homens e mulheres transmitiam seus valores políticos, ou se estes agentes possuíam um sentimento de pertencimento a uma cultura política específica, no caso a “cultura política trabalhista”.

O tema “o trabalhismo como cultura política” (1937-1954), desenvolve-se a partir de três eixos temáticos: o conceito de cultura política, como e quando surge e o que é, onde são analisados os principais autores desta área do conhecimento; a trajetória do projeto político trabalhista na história política brasileira, onde através da historiografia é apresentado como este se desenvolveu de 1930 a 1954. E por fim, os fatores que inserem o trabalhismo como uma cultura política, onde são analisadas cartas de políticos do período, revistas oficiais, propagandas, fotografias e jornais, a fim de verificar as principais características deste que foi sem dúvida um dos maiores legados já ocorridos em nossa história política republicana.

No decorrer do texto, são apresentadas as análises de alguns historiadores sobre o tema. Ângela de Castro Gomes, em seu trabalho “A invenção do trabalhismo”, por exemplo, analisa como o Estado utilizava de revistas e da rádio para difundir ideias no meio popular. Não menos interessante, a análise de Jorge Ferreira nos permite, através da apresentação de fatos relatados em jornais da época, perceber como o trabalhismo

desenvolveu suas características, símbolos e tradições e como influenciou grande parcela dos trabalhadores. Vale ressaltar que no período tivemos movimentos de grande expressão popular, como foi o caso do “queremismo”, que por influência da tradição trabalhista já consolidada ou por apelo carismático a figura do presidente, levou milhares de trabalhadores às ruas em 1945 reclamando a permanência de Vargas no poder e o lançamento de sua candidatura nas eleições que se seguiam.

A bibliografia utilizada para a produção do trabalho foi retirada da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, e os demais documentos retirados do site da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC.

O interesse pelo tema surgiu ainda nas aulas de “Culturas Políticas de Esquerda” do curso de especialização em “História e Culturas Políticas” da UFMG. Partiu principalmente da separação existente pela historiografia entre os termos trabalhismo, getulismo e queremismo, que mesmo estando ligados de certa forma a uma mesma tradição não podem ser confundidos. Além deste, apesar de não ser o foco do trabalho, existe também a curiosidade em compreender o porquê dos partidos políticos que postulam a herança trabalhista nos dias de hoje, como é o caso do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apresentarem formas distintas de atuar, e como essa herança se traduz em ambos.

## 2. CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA

Diversos autores, entre eles alguns dos pioneiros da retomada do estudo do “político” ou da chamada “volta da história política” como Sirinelli, Remond, Berstein, entre outros, debruçaram-se sobre a denominação do conceito de “Cultura Política”. Porém, ainda hoje o assunto é fonte de diversos debates, seja para determinar se existe ou não uma “cultura política específica” ou mesmo sobre o uso do termo cultura política por historiadores e até mesmo pela mídia. Muitas vezes ouvimos dizer sobre a “cultura política do brasileiro” ou de outros povos, ou “fulano não tem cultura política”, ou seja, vemos o uso ser utilizado aleatoriamente sem um rigor maior que o situe e explique. Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, o conceito tem sido utilizado de modo vulgarizado, de forma que seu sentido esteja sofrendo algum desvio. Em seu texto, “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”<sup>1</sup>, o autor chama a atenção para esta realidade uma vez em que “cultura política corre o risco de banalização, graças ao uso generalizado”(MOTTA, 2009, p. 14):

Muitas vezes, a categoria tem servido apenas de rótulo novo para conteúdo antigo, como estratégia para alcançar melhor inserção no mercado acadêmico ou na mídia. Assim, a expressão é mobilizada – e quase sempre sem a preocupação de definir seu significado – em situações em que o mais adequado seria usar termos como idéias políticas, discursos políticos ou hábitos políticos. Em outros casos, inapropriadamente, fala-se em cultura política de épocas, às vezes até de períodos de tempo mais precisos, como décadas *a cultura política da década de 20*.

Mas o fato é que o conceito possuiu complexidades específicas e exige, para sua explicação, o entendimento do contexto em que os citados autores desenvolveram seus estudos, e de como o conceito de cultura política vem sido construído e debatido pela historiografia durante os anos.

A própria característica do historiador, sendo ele sempre produto de um meio e de um tempo, fazem com que sua atuação, às vezes mesmo inconscientemente, abrace causas, inclinações ou pressupostos de uma “ideologia dominante”, ou seja, que este siga por ventura uma espécie de moda intelectual, que designa a configuração das orientações, seja sob o impulso de algum autor em especial ou mesmo por alguma obra mestra, dando rumo às diversas gerações de historiadores.

---

<sup>1</sup> In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). Culturas Políticas na história: novos estudos. Belo Horizonte, MG. 2009.

O historiador René Remond, acredita que tais mudanças aconteceram desta forma ao longo da “história do conhecimento histórico”, dando sentido a novas perspectivas, abrindo portas para novas produções científicas na área, quase sempre valorizando um novo conhecimento em detrimento de outro:

Assim se deu com a demografia histórica, na interseção da história geral com a demografia, cujos progressos e aquisições recentes conhecemos. Ou um pouco mais atrás, com toda uma geração que chegou à idade adulta no pós guerra e que identificou a história como aquele de seus ramos que tinha como especificidade observar os fatos econômicos e suas consequências sociais. Esses avanços se operam muitas vezes em detrimento de um outro ramo, como se todo avanço devesse ser pago com algum abandono, duradouro ou passageiro, e o espírito só pudesse progredir rejeitando a herança da geração anterior. (REMOND, 1988, p. 14)

Para o historiador francês, Jacques Le Goff, em seu ensaio “A política ainda será a ossatura da história?”<sup>2</sup>, também fica claro que o conhecimento histórico sofre variações de acordo com uma tendência de época, prestigiando mais ou menos uma determinada área, como aconteceu primeiramente na França, em 1929, com a “Escola dos Annales” em relação a escola considerada tradicional ou positivista, que faziam críticas abertas à corrente anterior, sem intuito de avançá-la:

“(...) o historiador dos *Annales* formou-se na ideia de que a história política é já velha e antiquada. March Bloch e Lucien Febvre exprimiram-se nesse sentido inúmeras vezes. E reclamaram-se também dos grandes precursores da história moderna” (LE GOFF, 1983, p. 215).

Isso ocorreu pelo fato de ser comum, na história do conhecimento histórico, uma espécie de modismo, que abandona um campo em favor de outro. Não se preocupando em analisar as estruturas de uma determinada corrente, ou até mesmo herdar dela algo de produtivo, as novas correntes historiográficas, em muitos casos, foram surgindo nesta lógica.

A partir desta realidade imposta à história, compreende-se que o declínio da história política deve-se ao desenvolvimento da história econômica ou social. Sendo assim, nos anos 1980, este mesmo movimento historiográfico que retrai ou alavanca determinadas áreas do conhecimento, trás de volta a política ao primeiro plano, porém renovada e desenvolvida sob novas abordagens como afirma Rémond:

Ora, o movimento que leva a história, o mesmo que acarretou o declínio da história do político, hoje traz de volta essa história ao primeiro plano. Ao lado da história das relações internacionais, profundamente renovada, da

---

<sup>2</sup> In: Le Goff, Jacques. O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval. Roma, 1983.

história religiosa, também reformada e em pleno desenvolvimento, da história cultural, a última a chegar e que desfruta de um entusiasmo comparável àquele de que se beneficiaram tempos atrás a história econômica e a história social, eis que a história política experimenta uma espantosa volta da fortuna, cuja importância os historiadores nem sempre tem percebido.(RÉMOND, 1988, p.14)

Deste contexto, de abandono e retomada do estudo dos fenômenos políticos, surge o campo da cultura política.

O estudo das culturas políticas na história emerge no seio de uma profunda renovação do estudo das sociedades humanas a partir das referências das ciências sociais, feitas via Escola dos Annales, e da importância recente do estudo da história cultural. Esta renovação da história política deve-se principalmente aos esforços dos estudiosos da Universidade de Paris-X-Nanterre e do Instituto de Estudos Políticos de Paris, sob a inspiração de René Remond, quando este organiza juntamente com Serge Berstein e outros intelectuais franceses o seu livro “Por uma história política”<sup>3</sup>. Esta vertente surge com a intenção de se estudar e compreender os comportamentos políticos através da história, possibilitando um ângulo diferente de visão em relação a outras correntes presentes nas ciências humanas como sugere Berstein em seu ensaio “A cultura política”<sup>4</sup>:

Com efeito, é no quadro da investigação, pelos historiadores do político, da explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história, que o fenômeno da cultura política surgiu como oferecendo uma resposta mais satisfatória do que qualquer das propostas até então, quer se tratasse da tese marxista de uma explicação determinista pela sociologia, da tese idealista pela adesão a uma doutrina política, ou de múltiplas teses avançadas pelos sociólogos do comportamento e mesmo pelos psicanalistas. (BERSTEIN, 1988, p.349).

Berstein ressalta ainda que, a cultura política, como conhecimento, proporciona um olhar mais amplo sobre a sociedade em questão, pois os comportamentos políticos não podem ser explicados de forma imparcial pelas correntes citadas, devido à sua complexidade, que exige a análise de múltiplos parâmetros.

Quanto a definição do que é cultura política, alguns autores se complementam na abordagem do conceito. Segundo Berstein, Sirinelli nos mostra, de forma geral, que o conceito de cultura política merece algumas considerações fundamentais. Ao compreender que se trata de “uma espécie de código e de um conjunto de referentes,

---

<sup>3</sup>Por uma história política. Paris, 1988.

<sup>4</sup> A cultura política. In: Rioux e Sirinelli (org). Para uma história cultural. Lisboa, 1988.



formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”<sup>5</sup>, o autor nos remete especificamente duas importâncias fundamentais:

Por um lado, a importância do papel das representações na definição de cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e, por outro lado, o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país. (BERSTEIN, 1988, p.350)

Neste sentido, as culturas políticas são, ao mesmo tempo, um conjunto de tradições políticas de um determinado grupo, ou um grupo unido sobre uma ideologia num determinado tempo, mas que poderiam coexistir com outras culturas políticas neste mesmo, em uma mesma sociedade ou país.

Alguns autores da “escola desenvolvimentista”<sup>6</sup> norte americana, acreditavam na década de 1970 que a noção de cultura política estaria relacionada à uma cultura global, ou seja, aos valores gerais de uma determinada sociedade. Esta definição foi alvo de inúmeras críticas, uma vez que remetia à ideia de que existiria uma cultura política de cada país ou de cada povo, o que refletia uma possível hierarquia entre as culturas políticas nacionais e a suposta superioridade do modelo democrata liberal do ocidente. Para Berstein, a ideia de se fazer juízo de valor entre culturas políticas, sendo alheia à abordagem histórica, que procura compreender e conhecer sem traçar um sentido da história é totalmente descartável. Porém, pensar em uma cultura política comum de uma determinada sociedade, pode fazer sentido uma vez que política e sociedade estão ligadas e exprimem valores comuns à comunidade nacional. O complicador desta definição, é que, na maioria das vezes, a cultura da elite é diferente da chamada cultura de massas, mesmo quando se diferenciam apenas na expressão e não no fundo cultural. O autor, se remetendo à experiência francesa, critica a ideia do debate político de uma sociedade estar ligado apenas a um modelo, sendo este a única causa de debates, sem nem mesmo questionar outros pontos a não ser seus processos de gestão:

Não é absurdo pensar que, encontrando-se a cultura política solidária com a cultura global de uma sociedade, se possam discernir normas e valores comuns que exprimissem as da comunidade nacional, pelo menos na sua maioria. Acontece que, de maneira não menos evidente, todos sentem que a cultura da elite é diferente da cultura de massas (e os desenvolvimentistas

---

<sup>5</sup> Jean- François Sirinelli. *Histoire des droites*. Paris, 1992.

<sup>6</sup> A escola desenvolvimentista originou, nos anos 70, uma tentativa de definição universal do político que se pretendia válida para todos os lugares e para todos os tempos.

americanos reconhecem-no de boa mente), mesmo quando o que mais difere é a expressão e não o fundo cultural. Além disso, é claro que a história de um país como a França desmente largamente a ideia segundo a qual o debate político se limitaria aos processos de gestão de uma sociedade da qual ninguém poria em causa as normas e a organização. Foi de facto o projecto global desta que, até uma época recente, construiu o próprio objecto das lutas partidárias. (BERSTEIN, 1988, p.353)

Como dito anteriormente, sobre o carácter plural da cultura política, em uma mesma nação coexistem variações de culturas políticas em um determinado espaço e tempo. Porém, em determinados períodos, uma se sobressai sobre as outras em termos de disseminação de valores influenciando mais no comportamento e cooptando mais pessoas, tornando-se dominante, podendo inclusive influir muito ou pouco em relação às demais, como se pode ver no exemplo dado por Berstein sobre a política francesa no primeiro terço do século XX:

Pode-se assim admitir, que no primeiro terço do século XX, a cultura política republicana desempenhou papel dominante, definindo um conjunto de referências. (...) É esta cultura política dominante que explica a sorte do Partido Radical, que com ela se identifica amplamente. No entanto, ao lado desta, existem outras culturas políticas, cujas referências e visões de futuro não são de forma alguma comuns: a cultura política socialista sonha com uma revolução proletária que levaria ao aparecimento de uma sociedade sem classes, a cultura política nacionalista preconiza a criação de um Estado autoritário, eventualmente monárquico, que assentaria nas comunidades naturais, a cultura política católica (...). Mas nenhuma destas culturas antagônicas do modelo republicano se encontra ao abrigo da influência deste e todas devem, mais ou menos, concordar com os seus princípios. (Berstein, 1988, p. 354)

Tendo em vista o que já foi dito até aqui, viu-se que as culturas políticas tem um amplo significado, que perpassa pelas representações políticas, ideologia, valores, tradições, práticas de um determinado grupo ou sociedade que possuem uma identidade coletiva, construindo projetos políticos diversos em uma sociedade, podendo eles virem a ser dominantes ou não. Sendo assim, pode-se sugerir de forma geral um conceito que seja satisfatório, como o apresentado pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta no ensaio “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”<sup>7</sup>, onde o mesmo se refere às culturas políticas como:

“conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”(MOTTA, 2009, p.21).

O autor ainda faz uma interessante observação sobre o sentido em que entende o termo “representações”, e apresenta uma definição que vai além da anterior, dimensionando

---

<sup>7</sup> In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Culturas Políticas na História: novos estudos. Belo Horizonte. 2009

melhor o que seria a pesquisa em culturas políticas, e ao mesmo tempo situando o pesquisador do tema sobre as fontes a serem usadas neste tipo de abordagem:

Importa realçar que a categoria representações está sendo entendida no sentido de *re-apresentar uma presença (sensorial, perceptiva) ou fazer presente alguma coisa ausente, isto é, re-apresentar como presente algo que não é diretamente dado aos sentidos*<sup>8</sup>. Dessa maneira, com base em enfoque de sentido amplo, representações configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras, etc.) (MOTTA, 2009, p.21).

A partir desta definição, pode-se dizer que são variadas as formas de manifestação das culturas políticas, o que torna o campo de investigação mais amplo, proporcionando ao pesquisador diversas abordagens. Nos últimos anos, mais especificamente nos anos 1990, os trabalhos em culturas políticas começaram a ser explorados pela historiografia brasileira. Segundo Motta, os estudos no campo das culturas políticas são ricas fontes de compreensão sobre o comportamento político, que vão além da “tradicional ênfase no interesse e na adesão a ideias como fatores motivadores” (MOTTA, 2009, p.29). Isto é, além de nos mostrar as motivações político-ideológico de um determinado grupo, as culturas políticas podem nos mostrar fenômenos como sentimentos, fidelidade a tradições e a adesão a valores, o que faz parte de um campo subjetivo.

Alguns dos temas abordados pelos historiadores brasileiros em culturas políticas, são considerados como mais concretos e tranquilos de se trabalhar, pelo fato de pertencerem a chamada “matriz pluralista”, como por exemplo, as culturas comunistas, conservadora, republicana e liberal. As duas últimas, por exemplo, apesar de serem confundidas muitas vezes apresentam distinções, o que daria uma abordagem interessante e instigante. Ainda existem casos de experiências políticas singulares que certamente mereceriam a atenção dos historiadores, o que também inclui o trabalhismo, experiência complexa e abrangente, além do caso do Partido dos Trabalhadores que poderia ter originado uma cultura política própria, como sugere Motta:

No caso do Brasil há experiências políticas singulares, que vale a pena abordar pelo prisma de cultura política. A tradição trabalhista, por exemplo, configuraria uma cultura política? Na contramão da perspectiva que enfatiza o caráter populista do trabalhismo, estudos com enfoque na cultura política ajudam a avançar esse debate. Outro caso interessante é o do Partido dos Trabalhadores, cuja peculiar militância política inspirou o uso da expressão

---

<sup>8</sup> FALCON, Francisco. História e representação. In: CARDOSO, Ciro F. & MALERBA, J. Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papius, 2000.

*petismo*. Teria o PT originado uma cultura política própria? Seja qual fora resposta, seria necessário perceber a influência sobre o petismo de culturas de esquerda precedentes, como a socialista e a comunista (MOTTA, 2009, p.29).

Uma abordagem diferente seria, por exemplo, a respeito de um possível caráter conciliatório, que seria próprio dos brasileiros, devido a marca histórica de fugir de conflitos em favor de ações moderadas e conciliadoras. Teria o Brasil uma cultura marcada por essa conciliação? Comparados a outros países nossa história é menos conflituosa devido a esta característica? Ou tivemos maior sucesso em apagar ou negar nossos conflitos?

Outros fatores a serem estudados seriam os frágeis laços entre povo e cidadania, e a possível contribuição das elites para essa realidade, o caráter contraditório dos baixos índices de participação popular nas instituições políticas ter sido marcado historicamente por picos de revoltas populares (Canudos<sup>9</sup>, Revolta da Vacina<sup>10</sup>, etc).

Além destas, ainda podemos destacar trabalhos direcionados às culturas regionais, ou dos Estados como tem sido feito nos últimos anos por alguns autores, e que, segundo Motta, mesmo na hipótese de não serem verificadas suas existências podem ser interessantes para explicar outros fenômenos:

Alguns autores têm defendido a existência de uma cultura política carioca (Motta, 1999), por exemplo, e vale a pena tentar aplicar o conceito a outras regiões, como Minas Gerais, São Paulo ou Rio Grande do Sul. É debate polêmico, não há dúvida, mas pode trazer conclusões interessantes. Na pior hipótese, mesmo não se configurando a existência efetiva de culturas políticas regionais, será possível compreender melhor as representações políticas construídas pelas elites desses estados, e sua maior ou menor capacidade de persuadir as pessoas a identificarem-se e a agirem de acordo com tais construções. (MOTTA, 2009, p. 32)

Assim, sendo o trabalhismo um fenômeno complexo, onde são variadas as opiniões dos autores sobre a configuração ou não do mesmo como uma cultura política, deve-se, para se chegar a uma conclusão, analisar as bases onde os trabalhadores do período entre 1935 e 1945 se inserem como um grupo comum em uma experiência histórica e como estes se identificam e se prendem a uma tradição política que os coloque como signatários do trabalhismo. É importante ressaltar, que o trabalhismo

---

<sup>9</sup> A Guerra de Canudos ocorreu no estado da Bahia em 1896 em decorrência da revolta dos sertanejos com as condições precária em que viviam, altos impostos, além de forte apelo religioso e anti-republicano de seu líder Antonio Conselheiro.

<sup>10</sup> Revolta ocorrida na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1904, devido às ações sanitárias do Governo Federal a fim de controlar as principais epidemias da época. Na ocasião foi feito um programa de vacinação da população carioca, onde os que se recusavam a receberem os agentes de saúde eram vacinados à força. A cidade viveu um clima tenso durante uma semana onde ocorreram diversos conflitos com a polícia.

brasileiro, não pode ser concebido antes da era Vargas, mas que o período histórico anterior a este é de fundamental importância, pois ali está fundado o discurso dos trabalhadores que seria reproduzido por uma elite política brasileira num futuro próximo.

### **3. Trabalhadores organizados e a experiência trabalhista brasileira (1890 – 1945)**

Normalmente, não só em grande parte dos livros de história como também na mídia, a imagem que se faz do militante operário nos primeiros anos da República brasileira, é a do anarquista. Muitas vezes visto com um heroísmo exagerado, o anarquista é o típico militante da virada do século XIX para o XX. Segundo o historiador Thomas Skidmore, no período onde figuram estes históricos militantes o Brasil vinha crescendo uma indústria em pequena escala sem o apoio governamental, e ainda acreditava ser a industrialização contrária aos interesses em longo prazo do país, que tinha o café e a borracha natural como produtos primários de exportação. A indústria brasileira voltava-se para o consumo interno e para a produção de produtos básicos.

A indústria têxtil também estava em desenvolvimento, uma vez que a matéria prima necessária para o setor era barata. São Paulo era o maior parque industrial, enquanto as outras regiões progrediam mais lentamente em sua industrialização. A indústria emergente nas grandes cidades brasileiras tal como São Paulo e Rio, gerou um crescimento urbano acelerado fazendo com que milhares de pessoas fossem do campo para as cidades, o que aumentou a classe de trabalhadores em diversos setores tanto da indústria como de serviços. Skidmore aponta para o fato de que os trabalhadores desta indústria eram, de maneira geral, brasileiros, em sua maioria vindos do campo, e imigrantes europeus, muitas vezes também provenientes da zona rural, porém com maior adaptação ao ambiente urbano. Nas fábricas, os proprietários tentavam impor aos seus empregados um ritmo acelerado para que pudessem produzir em massa, o que acarretava um maior número de contratações de imigrantes do que de brasileiros, devido à experiência dos estrangeiros ao ritmo dos grandes centros:

Os proprietários brasileiros de fábricas, como seus equivalentes capitalistas por toda parte, enfrentavam a necessidade de impor disciplina aos trabalhadores. Os trabalhadores brasileiros, muitos dos quais vinham do campo, tinham de ser ensinados a se adaptar ao processo de produção em massa, o que significava a tirania do relógio. Os empregadores costumavam preferir trabalhadores imigrantes, que eram às vezes mais bem treinados nos ritmos do trabalho urbano. (1998, p. 120)

Os locais de trabalho eram na maioria das vezes pequenos. Fábricas de setores como o da metalurgia, por exemplo, funcionavam com um número reduzido de funcionários. Nos primeiros anos da República, o ambiente do trabalho em cidades

como São Paulo e Rio de Janeiro não era de grande oferta de empregos, na verdade seria melhor descrito “como algo mais próximo à intimidade de pequenas unidades agrícolas”(1998, p. 120). As maiores fábricas eram as têxteis, o que também implica num maior número de empregados.

As condições destes trabalhadores não eram das melhores. Os proprietários de indústria têxteis empregavam em grande maioria mulheres, que tinham que trabalhar por longas horas em locais pouco ventilados, além de receberem um salário mais baixo do que o pago para os homens.

O descontentamento da classe trabalhadora com as condições de trabalho fez surgir as primeiras organizações de trabalhadores, já na década de 1880. Estas organizações possuíam um número relativamente grande de imigrantes, sendo muitos deles de origem italiana e alemã. Muitos destes tinham proximidade com ideologias como o anarco-sindicalismo e o socialismo, já evidentes na Europa sendo suas orientações e anseios por mudanças sociais, apesar de convergentes em muitos pontos, variadas em amplos sentidos. Estes trabalhadores se concentravam grande parte nos sindicatos, que passaram a ter maior relevância a partir da década de 20. Trabalhos recentes como o da historiadora Edilene Toledo em seu livro “Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República” mostra como os anarquistas do período se diversificavam e como se dava a atuação destes no meio sindical. Existiam aqueles mais ligados a tradição ideológica original anarquista, pregando fim das instituições e do Estado, e outros com características mais reformistas, optando pelo sindicalismo como forma de criar novas bases sociais:

Também no Brasil o sindicato foi condenado não pela inutilidade, mas pelo reformismo, que faria perdurar a sociedade capitalista. Para uns, no entanto, o sindicalismo era o único modo de não se limitar à propaganda teórica. Para outros, mais confiantes no sindicalismo, o sindicato seria a base sobre a qual se ergueria a nova sociedade. Muitos destes últimos mergulhavam nas idéias e na prática do sindicalismo revolucionário e viram no sindicato seu principal e mais eficiente espaço de atuação. (TOLEDO, 2004, p.47)

Não cabe aqui, no entanto, entrar nas especificidades e características de cada uma das culturas políticas que figuravam nesta época, mas faz-se necessário ressaltar que muitos destes grupos organizados de trabalhadores atuaram nos sindicatos no período anterior ao Estado Novo. É importante ter em mente que esta fase da República brasileira não produziu novas correntes, mas liberou para fora do recatado mundo imperial de outrora, ideologias e pensamentos diversos que se misturavam e buscavam espaço, como nos

mostra José Murilo de Carvalho quando se refere ao mundo das mentalidades nos primeiros anos republicanos no Rio de Janeiro, em “Os Bestializados”:

Criou-se um ambiente que Evaristo de Moraes chamou com felicidade de porre ideológico, e poderíamos também chamar, sob a inspiração de Sérgio Porto, de maxixe do republicano doido. Nesse porre, ou nesse maxixe, misturavam-se, sem muita preocupação lógica ou substantiva, várias vertentes do pensamento europeu. Algumas delas já tinham sido incorporadas durante o Império, como o liberalismo e o positivismo; outras foram impulsionadas como o socialismo; outras ainda foram somente então importadas, como o anarquismo. (CARVALHO, 1987, p. 24)

Porém, a atuação e influência destes grupos operários anarquistas, socialistas ou anarcosindicalistas dentro do movimento operário e seu impacto diante da sociedade brasileira na Primeira República têm sido alvo de discussão entre os estudiosos do assunto.

Analisando alguns dos estudos mais importantes sobre o tema, o historiador Benito Bisso Shmidt em seu texto, “Os partidos socialistas na nascente República”<sup>11</sup>, nos mostra algumas destas discussões, tanto na historiografia quanto em sínteses sociológicas clássicas. Assim, sobre as obras “Conflito social e sindicalismo no Brasil” (1966), de Leôncio Martins Rodrigues, e “Sindicato e desenvolvimento no Brasil” (1968), de José Albertino Rodrigues, o historiador ressalta que os autores enxergam um fraco desenvolvimento por parte de grupos socialistas na Primeira República, devido ao atraso do capitalismo brasileiro em relação aos demais países da Europa, tendo os anarquistas uma maior penetração em meio à classe dos trabalhadores, porém com poucos avanços.

Em linhas gerais, para Leôncio M. Rodrigues, esta classe emergente (chamados de reformistas pelo autor), apesar de dar vida a novas ideologias e concepções de reconstrução social, não teriam, portanto, força suficiente para interferir em grande parte das decisões políticas institucionais, uma vez que o proletariado de forma geral, incluindo tendências anarquistas e socialistas, não conseguiu impor a formação de partidos influentes, tendo criado apenas pequenas agremiações e círculos operários.

Já nos anos 70, outros autores que dirigiram seus estudos à história do movimento operário no Brasil, como fora o caso de alguns brasilianistas<sup>12</sup>, não viram a mesma relação de influência de grupos organizados do proletariado. Assim afirma Shmidt, com relação à obra de Sheslon Leslie Maram (1974) “Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890 – 1920)”:

<sup>11</sup> In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. A formação das tradições (1889 – 1945). p. 131 – 184.

<sup>12</sup> Acadêmicos norte-americanos especializados em História do Brasil.



Maram, ao contrário de Rodrigues, não vê uma relação necessária entre o grau de desenvolvimento capitalista e a preponderância de determinada orientação ideológica na condução do operariado organizado, já que, por exemplo, tanto no Brasil quanto em outros países (como a Espanha), os anarquistas tiveram uma força significativa, não apenas entre os trabalhadores especializados, mas também junto ao proletariado industrial. (2007, p. 135)

Maram aponta que dentro do movimento operário, apenas os anarquistas conseguiram algum êxito. O autor, intitulando os socialistas de reformistas, ressalta que a influência destes se dava apenas nos meios em que os sindicalistas revolucionários não atuavam, como por exemplo, o funcionalismo público, e seu principal raio de ação o Distrito Federal:

Os poucos êxitos alcançados pelo movimento operário foram praticamente ação dos anarquistas. Os reformistas, incluindo-se aí os socialistas, eram uma força isolada nesse meio, e sua atuação estava restrita às áreas onde o sindicalismo revolucionário não podia penetrar, como os funcionários públicos a quem o comodismo político trazia benefícios, os sindicatos brasileiros hostis aos organizadores imigrantes e aos sindicalistas cujas táticas eram similares às dos anarosindicalistas (2007, p. 136)

Sobre a obra de Boris Fausto, “Trabalho urbano e conflito social (1890 – 1920)” de 1976, Shmidt afirma que o autor, apesar de identificar importantes contribuições na pesquisa de Maram, reforça o argumento de Rodrigues sobre o operariado ser predominantemente anarquista e da fraca influência política dos trabalhadores devido ao estágio incipiente do capitalismo brasileiro. Segundo Shmidt, Fausto assim como Maram impõe sobre o movimento operário uma imagem negativa. O autor intitula os chamados reformistas do Distrito Federal de “trabalhistas”, pois enxerga neste movimento o “embrião” do que viria a ser anos mais tarde uma cultura política de grande influência no movimento operário brasileiro. Para Fausto, estes “trabalhistas” seriam dependentes do Estado e da classe burguesa, configurando uma espécie de peleguismo:

É importante dizer que Fausto foi um dos primeiros estudiosos do movimento operário brasileiro a reconhecer e a investigar com mais profundidade o papel dos partidos operários na Primeira República. Porém, como Maram, formulou uma imagem extremamente negativa dessas organizações, em especial das que atuaram no Distrito Federal. Segundo ele, os primeiros partidos auto-intitulados operários e socialistas do Rio de Janeiro poderiam ser chamados de “trabalhistas” e expressariam dois fenômenos convergentes: a existência no interior do movimento operário de um núcleo disposto à colaboração de classes e a aceitar a dependência com relação ao Estado; a presença de alguns setores sociais propensos a algum tipo de aliança com a classe operária. (2007, p.136)

Os componentes desse grupo, intitulado por Fausto de “trabalhistas”, seriam luso-brasileiros empregados no setor de serviços e liderados pela classe média, que apoiaram candidatos ligados à burguesia e ao Estado em troca de benefícios. Estes trabalhadores são chamados pelo referido autor de “trabalhistas cariocas”, que seriam diferentes dos socialistas propriamente ditos, sendo estes últimos agentes de pouca penetração nos meios populares, que tiveram maior destaque na grande São Paulo a partir do final do século XIX, como destaca Shmidt:

O historiador considera que, ao pretenderem atuar na esfera política através da formação de um partido, os socialistas se colocavam, do ponto de vista programático, em um plano aparentemente superior com relação aos anarquistas, todavia, suas propostas, em princípio mais viáveis, tiveram insignificante ressonância. (2007, p.137)

Sobre o movimento operário gaúcho, Petersen<sup>13</sup>, parte da mesma perspectiva dos autores anteriormente citados. Para Shmidt, a autora “relaciona a preponderância do anarquismo entre os trabalhadores organizados atuantes no Estado com o grau de desenvolvimento das condições infra-estruturais da sociedade sul-rio-grandense” (2007, p.138). A autora também compartilha da ideia da influência dos socialistas em meio ao operariado local ter sido fraca.

Na explicação de Shmidt, o que os autores apresentam é a ideia da fraca coesão dos socialistas e ausência de uma consciência (revolucionária) de classe dos operários:

Encurralados entre a exclusão e a colaboração, entre a falta de penetração junto aos “de baixo” e a cooptação dos “de cima”, os reformistas em geral e os socialistas em particular, na ótica dos trabalhos citados, não conseguiram construir uma alternativa política e ideológica sólida para o operariado brasileiro na conjuntura que se seguiu à proclamação da República. Essa missão caberia aos anarquistas e posteriormente aos comunistas. Em tal viés interpretativo, haveria uma noção explícita de que a classe operária é, necessariamente, revolucionária e que, portanto, sua única forma de verdadeira consciência de classe é a que assume esse papel revolucionário. (2007, p.138)

A partir dos anos 1980, surgiram diversos trabalhos cujo objetivo era analisar o papel dos operários e socialistas nos primeiros anos da República brasileira. Estes trabalhos estabeleceram críticas em diversos pontos às teses antes mencionadas, que segundo Shmidt seriam:

1)A idéia a eles subjacente de que haveria (ou deveria haver) uma classe operária ideal, consciente e revolucionária, sempre pronta a enfrentar os grupos dominantes, refratária a qualquer tipo de acordo ou negociação com a burguesia e o Estado. Essa idealização teria por base um suposto modelo

<sup>13</sup> Sílvia Regina Ferraz Petersen, *El proletariado urbano em Rio Grande do Sul (1888 – 1919)*, dissertação de mestrado, Universidad Nacional Autónoma de México, 1979.

européu, o qual serviria de termômetro do grau de desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores em outros lugares do mundo; 2) Não se verificando esse “nível” de consciência no movimento operário brasileiro do período, caberia aos pesquisadores encontrar o porquê de tal “debilidade”, seja no estágio incipiente do capitalismo nacional, seja no caráter fechado e excludente do sistema político oligárquico, seja no oportunismo de determinadas lideranças, seja na acomodação dos empregados nos setores públicos, entre outras explicações;3) Daí decorreria a desqualificação do operariado organizado atuante no Brasil da época, percebido como imaturo, defensor de programas utópicos, imitador de ideologias externas descoladas da realidade local e misturadas de maneira incoerente e joguete nas mãos do Estado e da burguesia;4) Finalmente, expressando uma clara perspectiva teleológica da história, uma parte das análises veria na atuação dos “reformistas” o “embrião” do trabalhismo generalizado após 1930, que ganhou então um sentido de inevitabilidade. (2007, p.139)

Nesse sentido, autores como Maria Cecília Velasco e Cruz, Cláudio Batalha e Ângela de Castro Gomes afirmam ser o reformismo uma das identidades possíveis na virada do século XIX para o XX no Brasil, tendo sido o socialismo reformista da Primeira República uma manifestação de consciência de classe, que a partir da formação desta noção de classe operária, atribui a ela interesses específicos, criando assim organizações políticas (no sentido marxista) para defendê-los. Estas organizações políticas podem ter sido desde as sociedades de auxílio mútuo, formadas para amparar os trabalhadores pobres, até a formação de partidos políticos dispostos a mudar o sistema.

Nos anos 90 e 2000, Marcos Vinícius Pansardi, Sílvia Petersen, Luigi Biondi e Benito Bisso Schmidt buscaram compreender o fenômeno operário como resultado de sua própria experiência histórica, rompendo com a visão “heróica” assim como com a ideia de serem estes, meros trabalhadores obedientes e cooptados pelo sistema, apoiadores da burguesia, tornando-os precursores do peleguismo, como nos mostra Schmidt:

Os socialistas, portanto, não foram heróis nem vilões; não foram os militantes revolucionários de nossos sonhos nem os oportunistas precursores do peleguismo, como querem alguns pesquisadores, mas apenas homens que viveram em tempos de aguda perturbação social, cujas aspirações só podem ser entendidas nos termos de sua própria experiência. (2007, p.140).

Para os autores da historiografia recente, este então “embrião” trabalhista como coloca Fausto não existiria, assim como a ideia de que esta cultura política remontaria os anos de 1890, onde surgiram os primeiros partidos operários ou quando houve a habilitação do voto aos trabalhadores do Estado. Para estes estudiosos, o trabalhismo seria algo especificamente criado a partir da década de 30, e sua institucionalização como força política a partir da criação do PTB, já em 1945. Em seu texto “Reflexões em torno de populismo e trabalhismo” Ângela Maria de Castro Gomes deixa claro seu

incômodo com tais apropriações do trabalhismo, considerando errôneas considerações do tipo:

Em relação à categoria trabalhismo, é interessante verificar como ela é remetida ao início da Primeira República. Uma percepção, a meu ver, equivocada, pois está sendo lançada para um período anterior às próprias condições históricas que a geraram e a fizeram ter experiência própria no Brasil. Acredito, por exemplo, que esse tipo de raciocínio permitiria dizer que o presidente Hermes da Fonseca, que promoveu um Congresso Operário nos anos 1910, seria “trabalhista”. Permitiria, no limite, considerar que qualquer grupo organizado de trabalhadores que se relacionasse/negociasse com autoridades políticas, ipso facto, era e é trabalhista. Ou seja, a categoria ganharia tanta amplitude e fluidez, que perderia sua eficiência conceitual. Uma crítica já endereçada a outros conceitos, como o de coronelismo, por exemplo. (GOMES, 2001, p. 5)

Para Gomes, a fase pré-1930, serviria para explicar como uma elite política se apropriou das lutas operárias do período para consolidar o trabalhismo num momento distinto, o pós-1930. Assim a historiadora afirma:

O trabalhismo deve ser entendido como se constituindo de um conjunto de idéias, valores, símbolos, rituais e vocabulário que passa a se solidificar especificamente a partir da década de 1940. Desde então, começa a circular num circuito que comunica setores de elite com setores populares, ganhando sentidos específicos em cada um desses polos, em diferentes conjunturas políticas. É evidente que, como ideologia e projeto políticos, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República, no sentido thompsoniano. Ou seja, se a tradição é inventada no pós-1930, não o é de forma fortuita, arbitrária, e a partir do nada. Seu poder de significação e mobilização (a “comunidade de sentidos” que logrou estabelecer) veio justamente da releitura que as elites políticas do pós-1930 realizaram do que ocorreu no terreno das lutas dos trabalhadores antes de 1930. E dizer isso não significa admitir que houve trabalhismo ou trabalhistas no pré-1930. (2001, p. 80)

Assim, a simples existência destas lutas operárias ou de grupos autointitulados trabalhistas, com ou sem ligação com governantes ou sindicatos, não quer dizer que existiram partidos trabalhistas ou o embrião do que posteriormente representaria uma das mais importantes vertentes da política nacional. Mas estas experiências anteriores do movimento operário brasileiro são extremamente importantes no sentido de evidenciar certa transformação das reivindicações no meio operário, que num momento posterior a Revolução de 1930, que derrubou as oligarquias cafeeiras e permitiu a ascensão de Vargas, a criação do Ministério do Trabalho e a consolidação das leis trabalhistas, ditaram discursos que seriam utilizados para o fortalecimento do trabalhismo no Brasil.

Desde o início da Primeira República trabalhadores se organizavam a fim de reivindicar direitos e benefícios. Já na década de 1910, tem-se notícia de movimentos

grevistas articulados simultaneamente entre os trabalhadores de diferentes estados e cidades, mostrando talvez um amadurecimento e maior organização nas ações coordenadas dos sindicatos e grupos políticos em prol dos trabalhadores brasileiros.

O movimento grevista que ocorreu no Brasil em meados de 1917 esteve ligado à crise que envolveu o país, devido ao aumento do preço dos produtos de primeira necessidade em razão do abastecimento destes aos exércitos combatentes na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Além disso, o governo brasileiro do período precisava controlar o preço do café, seu principal produto de exportação, o que acarretou em medidas que geraram uma crescente inflação. Miguel Bodea em seu livro “A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho” ressalta tal realidade:

O aumento das exportações de gêneros de primeira necessidade deslocou uma parcela ponderável da produção tradicionalmente voltada para o mercado interno e provocou o encarecimento crescente destes produtos. Somou-se a isto a política adotada pelo Governo Federal, para fazer face às contingências da guerra: os constantes déficits orçamentários financeiros através de emissões inflacionárias e a política de sustentação do café adotada a partir de 1915 geraram um processo inflacionário até então desconhecidos na economia nacional. (BODEA, 1978, p. 22)

Assim, a crise elevou o custo de vida para os trabalhadores, além de acarretar num declínio dos salários. Estas condições afetaram diretamente o operariado, que já possuía nesta época as condições necessárias para uma organização efetiva no seio da classe.

A redução do nível de vida agravou-se atingindo seu ponto alto em 1917. A situação dos trabalhadores logo teve seus primeiros efeitos em São Paulo, quando eclodiram greves pelo estado durante o mês de julho. Durante as agitações formou-se uma comissão para negociar o ajustamento dos salários com os proprietários industriais, como afirma Bodea:

A insatisfação generalizada no meio operário tem seus primeiros efeitos em São Paulo. A partir de fins de junho eclodem várias greves que se alastram e ampliam no mês de julho, atingindo seu ponto alto no período de 12 a 15 de julho, quando se forma um Comitê de Defesa Proletária que negocia aumentos salariais com o patronato.(BODEA, 1978, p. 29)

Há ainda indícios de que estas greves paulistas se espalharam por todo o Brasil, como é observado por Bodea, mostrando alguma ligação entre tais greves, evidenciando certa organização ou consciência da classe operária no sentido de buscar reivindicações. Segundo o autor, numa mesma época, entre junho e agosto, emergiram movimentos grevistas em vários estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul

e Santa Catarina, sendo estes noticiados em jornais de ampla circulação, como se pode perceber no trecho seguinte:

No dia 26 de julho, “A Federação” noticia o alastramento das greves a nível nacional: o Rio de Janeiro, Curitiba, e cidades do sul são atingidos, havendo notícias de choques violentos com as forças de repressão. Naquele mesmo dia, surgem as primeiras notícias de incidentes na Viação Férrea do Rio Grande do Sul: em Santa Maria, o mais importante entroncamento ferroviário do Estado, um grupo de operários se apossa de uma locomotiva e percorre a linha de Marcelino Ramos propagandeando a greve. O “Correio da Serra” daquele município noticia que “todos os operários da cidade receberam boletins de São Paulo” – que teriam chegado através dos ferroviários. (BODEA, 1978, p.30) .

Novas greves e revoltas operárias aconteceriam até o ano de 1921, causando impacto na sociedade. A partir de 1922, diversos movimentos de contestação surgiram no Brasil, dentro e fora do operariado, como fora o caso do tenentismo, movimento formado majoritariamente por militares das forças armadas brasileiras de média e baixa patente, que durante o governo Arthur Bernardes, mesmo sem uma causa ideológica específica, reivindicavam reformas no sistema político e na educação além de contestar a então chamada política do café com leite, onde predominavam no poder políticos provenientes dos Estados economicamente dominantes, São Paulo e Minas Gerais. Tais movimentos fizeram com que a questão social passasse a ser vista de outra forma e as reivindicações dos trabalhadores surtiram algum efeito em relação às políticas públicas direcionadas aos trabalhadores. Durante o próprio governo Bernardes, houve um esboço de uma legislação trabalhista e seu governo tomou medidas a fim de implementá-la. Tal fato se comprova com a formação de um Conselho Nacional do Trabalho<sup>14</sup>. Posteriormente, entre os anos de 1926 e 1927, seriam criadas a lei de férias e as leis de proteção a menores. Estas concessões trabalhistas também foram resultado da revolução russa do início do século XX, que levava as nações da Europa a reconhecerem direitos trabalhistas. Outro fato que ajudou na consolidação destes direitos foram os termos do tratado de Versalhes, que após a Primeira Guerra Mundial, impôs sobre muitos países concessões desta natureza. O Brasil agira de acordo com o compromisso internacional, uma vez que não queria também que mais agitações sociais servissem de combustível para a Coluna Prestes, movimento militar iniciado em 1925 para contestar principalmente o Governo de Arthur Bernardes, e que depois de atravessar milhares de quilômetros pelo Brasil, ainda marchava no nordeste.

---

<sup>14</sup> Em 1923 foi criado o Conselho Nacional do Trabalho, que tinha entre outras competências julgar processos relativos a questões trabalhistas.

Em 1926, no entanto, o governo brasileiro foi entregue a Washington Luís que sancionou diversas leis sociais, mas nenhuma se efetivou na prática. Apenas algumas fábricas e estabelecimentos comerciais respeitaram, por exemplo, a lei dos 15 dias de descanso remunerado de trabalhadores, apesar de estarem estas aprovadas no Congresso. Grande parte do setor de serviços estava ligado às corporações estrangeiras tendo estas se recusado a cumprir tal legislação. As tensões geradas na Primeira República acabaram por fazer aflorar a Revolução de 1930, que derrubou o governo de Washington Luís. A oligarquia do café já não tinha mais condições de sustentar a Primeira República devido à recessão de 1929. A então Liga de Ação Revolucionária de Luís Carlos Prestes e o PCB (Partido Comunista Brasileiro) não apoiaram a insurreição, o que fez com que setores das duas forças rachassem e seguissem o movimento da aliança liberal, liderado por Getúlio Vargas.

O apelo nacional pela deposição de Washington Luís fez com que vários integrantes das duas forças aderissem ao movimento de insurreição, e a debilidade da elite cafeeira em crise formou um impasse que permitiu a Getúlio Vargas, ao derrubar a Primeira República, jogasse com a direita e com a esquerda, e segundo as palavras de Bandeira “emergisse como autêntico líder bonapartista”, aparecendo como mediador da crise do poder. Desta forma Vargas conseguiu ao mesmo tempo, aproximar-se de militantes socialistas, elite política e trabalhadores em geral, reconhecendo, mesmo que de forma oportunista para alguns, a importância da consolidação de uma legislação social aplicável.

Ao assumir o governo em 1930, ainda na fase do Governo Provisório (1930 – 34), ele criou o Ministério do Trabalho e Indústria e Comércio (MTIC). Vargas ainda participou do Congresso Revolucionário em 1932, onde estimulado por ele, foi criado o PSB (Partido Socialista Brasileiro). O governo Vargas tentava dar corpo a uma política de cooperação entre trabalhadores e Estado, ligando ao governo a principal ponte entre estas duas esferas, os sindicatos. Ainda assim, as pressões ao governo eram muitas, e a repressão era fato corriqueiro diante das manifestações. Era um período de radicalização ideológica, onde as massas estavam se organizando cada vez em maior número. Os comunistas se mobilizavam amplamente, e defendiam suas bandeiras pelas ruas, organizando comícios e entrando constantemente em conflito com a polícia ou com outros grupos políticos como a AIB (Ação Integralista Brasileira). O movimento sindical apresentava duas facções, de um lado existiam sindicatos ligados ao Estado, e

de outro, os sindicatos que, apesar de reconhecidos oficialmente pelo Estado, eram liderados por forças da esquerda.

Do caráter da política varguista surgiu o trabalhismo. Apesar da criação da Legislação Social nos anos 1930, e da consolidação das leis trabalhistas, Vargas não apontava em seus discursos que estas seriam concessões feitas ao grande esforço dos trabalhadores e suas lutas. Ele remetia tais conquistas ao Estado, de onde surgiu segundo alguns autores, o “mito da doação”, enaltecendo o seu governo e elevando sua figura a um patamar de “pai dos pobres”. Segundo o historiador Adalberto Paranhos, no pós-30 o que se tentaria de modo efetivo era realizar a incorporação das classes trabalhadoras urbanas às estruturas do poder estatal, aplicando a repressão quando existisse a necessidade, para o governo, de prevenir conflitos sociais que pudessem perturbar os planos desenvolvimentistas e da integração destas com a simbologia do Estado, ou seja, com a simbologia da nascente ideologia trabalhista:

Daí a combinação do emprego da repressão e de “concessões sociais” tendentes à incorporação das classes trabalhadoras urbanas às estruturas do poder estatal. Mais do que isso, o Estado no pós 30, irá buscar promover, como evidenciava Francisco Campos, a necessária integração simbólica das massas. Para tanto, entrou em ação a ideologia do trabalhismo, que se constituiu como expressão da palavra estatal nos anos 30. (PARANHOS, 1999, p. 93)

Porém, segundo Angela C. Gomes este momento entre repressão (1935 – 1942) e concessão não foi onde emerge a construção do projeto trabalhista, apesar de ver neste período os primeiros passos deste, uma vez que ali se inicia um novo momento político onde os rumos do Estado Novo seriam reorientados. Ela verá no pós 1942, o momento em que, através da lógica simbólica dos discursos que apresentava os benefícios sociais como uma doação, a base de tal projeto. A partir de 1942, a figura de Vargas teve o auge de sua glorificação e a exaltação do Brasil e dos benefícios da legislação implantada por ele, que serviram de apoio para que se fosse criado o trabalhismo de forma concreta.

A partir de 1935, com a criação da Lei de Segurança Nacional, o fechamento da ANL (Aliança Nacional Libertadora) e o fracasso dos levantes comunistas tornaram o ambiente político do país desgastante para a oposição ao Estado Novo. Criou-se por parte do Estado a chamada “ameaça comunista”, o que lhes dava o apoio da sociedade civil e justificava ações policiais violentas e perseguições aos trabalhadores que se voltassem contra o governo. A repressão se tornou implacável, sendo que diversos sindicatos sofreram intervenções e seus principais líderes foram presos ou mortos,



tornando impossível qualquer tipo de resistência. Segundo Angela C. Gomes em seu livro “A invenção do trabalhismo”, a repressão do Ministério do Trabalho, representado pela figura de Agamenon Magalhães, silenciou a classe trabalhadora, que, temendo repressões ou acusações, iniciaram um período de poucas reivindicações que durou de 1935 até 1937.

Neste espaço de silêncio surgiram outras propostas de identidade e organização da classe trabalhadora, como por exemplo, o movimento dos Círculos Operários Católicos, de caráter assistencialista e anticomunista, que contaram com o apoio do Ministério do Trabalho a partir de 1937 quando fora ocupado por Waldemar Falcão, sucessor de Agamenon Magalhães. Porém tal proposta não teve ampla aceitação pela classe trabalhadora, pois segundo Gomes, “tornou-se incômoda, quando os ventos da política internacional e nacional começaram a soprar em outra direção” (p. 162, 1994). Este espaço também serviu de ambiente para que o projeto trabalhista começasse a ser pensado por parte do Estado, apesar de não concretizado:

Foi justamente no bojo desta nova situação política, que anunciava a necessidade de reorientação nos rumos do Estado Novo, que o projeto “trabalhista” passou a ser efetivamente difundido e implementado. Este projeto não foi, portanto, uma decorrência imediata do momento repressivo de combate ao comunismo. Por outro lado, também não foi uma invenção simultânea à orientação política de sancionar e fiscalizar o cumprimento de leis que regulavam o mercado de trabalho. O projeto “trabalhista” foi cronologicamente posterior a estes dois acontecimentos políticos, mas manteve com eles laços de inteligibilidade muito fortes. (GOMES, 1994, p. 162)

A partir de 1942, a conjuntura nacional e internacional se redefine para o Brasil, principalmente em virtude da Segunda Guerra Mundial e da necessidade de se construir um projeto desenvolvimentista que afirmasse o país como uma nação no cenário internacional. Sendo assim, o Brasil cedeu às pressões norte-americanas para a instalação de bases militares no nordeste brasileiro, que para os EUA eram estratégicas, em troca da obtenção de recursos para a construção da Siderúrgica de Volta Redonda e do reequipamento das forças armadas brasileiras. O alinhamento do Brasil com os países aliados fez com que se acirrassem os confrontos internos entre os chamados “germanófilos” integralistas e os liberais apoiadores das potências aliadas. Estas disputas, que aconteceram com mais intensidade entre os anos de 1941 e 1942, introduziram o país numa crise política nacional que fizera com que o Estado redirecionasse sua posição em relação às questões políticas internas, redefinindo

inclusive a atuação do Ministério do Trabalho e outros órgãos administrativos federais, e consequentemente a substituição das autoridades ministeriais:

Neste sentido, tais confrontos foram um primeiro anúncio. Anúncio do inevitável retorno à cena política nacional de procedimentos mais mobilizadores que, ou não poderiam mais ser evitados como haviam sido antes, ou teriam mesmo que passar a ser promovidos. Anúncio também da necessidade de se enfrentar a questão da democracia liberal e mesmo do comunismo em outros termos, uma vez que Estados Unidos e Rússia eram nossos aliados na luta contra o nazi-fascismo. Anúncio enfim, de que tempos novos haveriam de chegar e que cabia aos que estavam no poder se preparar o melhor possível para eles. (1994, p. 169)

Estes fatores, portanto, devem ser entendidos segundo a historiadora como uma tentativa de reorganização da construção de um projeto para o poder e não de um momento de declínio do Estado Novo. O que se pretendia era afirmar a ideia de uma nação forte e o apoio de potências internacionais só colaboravam neste sentido. Além do mais, era preciso angariar recursos junto a estas, o que obrigava o país a buscar “a superação de impasses agora considerados secundários politicamente” (1994, p.170).

A partir de 1942 o Estado Novo começa a ensaiar a transição para a democracia, mas precisava, porém, de um forte esquema político que permitisse que esta transição fosse feita de forma que as posições de poder alcançadas até então se mantivessem. Neste sentido, o grande articulador deste momento de transição foi o Ministério do Trabalho, agora na figura do ministro Marcondes Filho, que tomava medidas para a organização do trabalho e implantaria em seu discurso novas ideias sobre a continuidade política das elites do Estado Novo, agora em uma ordem democrática. Para tanto se envolveu a formulação e divulgação de uma propaganda direta de ações do Ministério e da figura do ministro assim como estratégias de reorganização sindical, como afirma Ângela C. Gomes:

De uma forma geral, pode-se detectar três grandes frentes de investida política do ministro, todas voltadas para o campo da organização do trabalho. Em primeiro lugar, uma maciça atuação na área da divulgação e propaganda que envolveria direta e profundamente a própria pessoa do ministro. Em segundo lugar, um conjunto de medidas dirigidas especificamente à questão da sindicalização. E em terceiro lugar, a articulação destas duas frentes com a montagem de uma estratégia política nitidamente continuísta, cuja base devia ser a organização sindical corporativista e cuja ideologia devia ter como matriz o discurso ministerial. (1994, p.170)

Pode-se dizer que o objetivo destas medidas era o estreitamento das relações entre o Estado e os trabalhadores sindicalizados. Porém, existia uma relação ambígua nesta ofensiva estatal. Se de um lado o objetivo era manter o controle sobre o movimento operário, de outro existia também o esforço em ampliar os sindicatos de forma que estes

tivessem grande representação entre os trabalhadores, mobilizando-os para o interior destes. Frente à pretensão por parte do Estado em controlar o movimento sindical tornando-o mediador, existiam também alguns riscos, que seus mentores não poderiam deixar de atentar-se. Se a conjuntura política nacional apontava para a redefinição do papel do Estado que passaria a ser uma espécie de controlador e estimulador da organização dos trabalhadores, para o movimento operário e sindical esta relação também era complexa, uma vez que sua atuação no cenário político estaria apagada desde 1935, devido a forma repressiva com que foram retirados deste. Assim, os anos 40 significariam para o movimento operário e sindical um momento de reorganização e aparição de novo tipo.

Desta forma, os anos que se seguem (1942-1945) seriam o momento de reformulação desta corrente, e onde se inicia de fato o que podemos chamar de trabalhismo brasileiro. A partir de então a ação do Estado e seu discurso estará totalmente voltado para a classe trabalhadora. A criação do Departamento de Imprensa e propaganda, por exemplo, nos mostra a preocupação neste momento em mostrar através de uma propaganda que exaltava as ações do regime, a preponderância da figura de Getúlio Vargas como benfeitor da nação. Para tanto, utilizaram os meios de comunicação como o rádio, assim como a criação de jornais trabalhistas para difundi-la e seus efeitos permaneceram no Brasil mesmo após a derrubada do Governo Vargas em 1945. No plano das ideias veremos que o trabalhismo foi formulado por uma base científica fortemente apoiada na socialdemocracia europeia, dando ênfase na defesa da soberania nacional, aproximando-se inclusive com o regime argentino de Perón.

Com o fim do Estado Novo em 1945 e o início da abertura democrática no Brasil, foi criado o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), justamente para representar esta classe trabalhadora que se identificava com o regime, porém agora frente à necessidade de se fortalecer na lógica da via partidária. Neste período, como veremos adiante, nem todos que estavam ligados aos sindicatos eram necessariamente ligados ao PTB, porém, sua grande maioria apoiava a figura de Getúlio Vargas como o grande defensor das causas trabalhistas, como fora, por exemplo, o caso dos “getulistas”, ou dos “queremistas” onde estavam incluídos até mesmo vertentes do comunismo. O PTB foi criado em meio às disputas políticas para a volta da legalidade das eleições. Segundo alguns autores como Bandeira, Vargas criara o PTB a fim de evitar que setores da classe operária se voltassem para o PCB. Em um primeiro momento, ele queria aparelhá-lo com o PSD (Partido Social Democrático), que ajudara a criar. Mas devido a

distinções de objetivos políticos isto não foi possível. No entanto, este partido sendo o principal representante da ideologia criada por Vargas serviria de opção aos trabalhadores de não se filiarem a outros partidos, como o PSD e nem a UDN. Vargas abraçou o partido que levaria o seu legado. As vésperas das eleições de janeiro de 1947, objetivando indicar aos trabalhadores um caminho a se seguir ele declarou:

Os trabalhadores devem escolher, de preferência, seus representantes dentro da própria classe, conhecedores de suas necessidades, com a marca de seus sofrimentos e a colaboração do seu sangue. (...) A velha democracia liberal e capitalista está em franco declínio porque tem seu fundamento na desigualdade. A ela pertencem, repito, vários partidos com rótulo diferente e a mesma substância. A outra é a democracia socialista, a democracia dos trabalhadores. A esta eu me filio. Por ela combaterei em benefício da coletividade. E já que as nossas atividades devem orientar-se na órbita dos partidos, se um conselho posso dar ao povo é que se integre na ação do Partido Trabalhista.<sup>15</sup>

Entre 1945 e 1954, o trabalhismo será reformulado, sofrendo diversas mudanças e influências, porém agora encabeçado por um partido político apoiado pelo seu grande líder, Getúlio Vargas. Este partido, apesar da coexistência com outros que surgiram influenciados pelo trabalhismo, será predominantemente o PTB:

Por outro lado, pode-se verificar que, como tradição, o trabalhismo será apropriado e reinventado no pós 1945, tanto por setores sindicais e populares, quanto por setores das elites políticas, especialmente as dos partidos trabalhistas, com destaque as do PTB. (GOMES, 2001, p.7)

---

<sup>15</sup> Discurso tirado de BANDEIRA, Moniz. Brizola e o trabalhismo. p. 34-35.

#### 4. O TRABALHISMO COMO CULTURA POLÍTICA

O que a sociedade moderna aspira é ao trabalhismo, ou seja, a harmonia entre todas as classes, a democracia com base no trabalho e no bem estar do povo (...) não é a predominância desta ou daquela casta que há de trazer a almejada felicidade. Nem a ditadura do proletariado, nem a ditadura das elites. Getúlio Vargas, 1951.<sup>16</sup>

Esta tiragem do discurso de Getúlio Vargas em 1951, sobre o trabalhismo, remete bem a ideia que se pretendia construir e passar aos trabalhadores durante o período aqui destacado, ou seja, o período em que se seguem os anos de 1937 a 1954. Durante este período destinaram-se esforços para aumentar o prestígio do regime e consolidar o projeto político trabalhista.

O Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, tornou-se peça fundamental deste projeto, que apesar da queda de Vargas em 1945, implantou nas camadas populares a ideia e o desejo da manutenção de um Estado interventor e da representação do poder popular através das corporações trabalhistas.

No campo das ideias, este esforço foi feito inicialmente pelos autores de um importante periódico do Departamento de Imprensa e Propaganda, a revista “cultura política”. Esta revista, no entanto se constituiu como um dos principais exemplos da proposta política do Estado Novo. Tomando como exemplo o conteúdo destes artigos, Ângela M. Castro Gomes afirma que esta teve como principal objetivo “estabelecer e divulgar para o grande público as transformações que o país sofria por obra das iniciativas governamentais” (GOMES, 1994, p. 174). Porém, a autora nota que existe um sentido específico atribuído ao projeto político que se divulgava. Assim, Gomes analisa alguns conceitos utilizados por estes autores e conclui que de certa forma existia ali a intenção em se redimensionar alguns destes sob a ótica desta nova ideologia.

Segundo Gomes, os autores da revista cultura política como Azevedo Amaral entre outros, imprimiram uma série de críticas às citadas ideologias antagônicas de liberalismo e comunismo, porém revelando uma nova, que constituiria o arcabouço deste novo projeto político que construía, o trabalhismo. Tais críticas norteavam basicamente três noções básicas: liberdade individual, democracia e o formalismo político. Estes artigos formularam o cerne do pensamento político das elites políticas provenientes do Estado Novo, dando a este uma base legitimadora, onde se buscava uma doutrina humanista e anti-liberal.

---

<sup>16</sup> Discurso tirado de BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo(1945 – 1964). São Paulo, 1989. Ed. Brasiliense.

Um dos conceitos a serem explorados e devidamente reconstruídos por estes autores foi inicialmente o conceito de revolução. Para eles o conceito de revolução foi desvirtuado pelos liberais-democratas, tendo sido interpretado como uma ruptura violenta ou uma transformação pela força dos quadros dirigentes, assumindo uma conotação destrutiva e desorganizadora. Partindo desta visão, tais autores buscam modificá-la através da ideia de que o ímpeto violento da ação revolucionária residia na “pressão das forças profundas que integravam a realidade social”<sup>17</sup>, sendo este ímpeto de caráter eminentemente construtivo. Portanto, a Revolução de 1930, constituiria um momento distinto às experiências de 1822, quando Dom Pedro I rompe laços coloniais com Portugal tornando o Brasil um país independente neste sentido, e 1889, quando se proclama a República no Brasil, rompendo com o sistema monarquista. Nestas, as forças renovadoras visaram apenas a destituição das forças consideradas obsoletas, sem apresentar, como neste novo momento, uma proposta verdadeiramente revolucionária e construtiva, que não apenas mantivesse as elites no poder sem um projeto nacional comum que integre o homem à nação. Assim, o Novo Regime deveria passar a ideia da restauração dos valores do humanismo e coletivismo, da unidade dos indivíduos em prol da construção de uma grande nação, e do abandono dos tempos dominantes das oligarquias liberais. Para Gomes, o que se pretendia era localizar a origem do processo revolucionário que culminou no Estado Novo, iniciando agora um segundo momento onde a valorização humana e a integração do indivíduo com o Estado, seriam os objetivos maiores de um modelo político ideal para a nação:

Esta localização da origem do processo revolucionário que culminaria no Estado Novo vinha reforçada por todo um diagnóstico sobre nosso passado político, e principalmente sobre a experiência da Primeira República, interpretada como um grande e longo divórcio entre nossa realidade física e cultural e nosso modelo político de Estado. O liberalismo, excessivamente objetivo e materialista, só via os valores quantitativos do mundo e pretendia construir o progresso sem cogitar do homem em sua dimensão total, isto é, também subjetiva e espiritual. Excessivamente internacionalista, não atentava para as especificidades nacionais, não podendo, portanto oferecer ao homem brasileiro uma direção própria, um objetivo de luta pela construção nacional. (GOMES, 1994, p. 176)

Neste sentido, a Revolução de 1930 é veiculada como um momento de resgate de nossa vocação histórica da construção revolucionária e de libertação da experiência liberal da Primeira República. Restaurado o conceito de revolução, inicia-se a partir daí o processo revolucionário que culminaria em 1937, quando houve a implantação do

---

<sup>17</sup> GOMES, 1994, p. 175. Citação de Azevedo Amaral, “A revolução brasileira” em *Cultura Política*, n.5, julho 1941, pp. 133-142.

Estado Novo. Esta busca de legitimidade visava, portanto, “identificar e construir o verdadeiro espírito da nacionalidade que se encontrava no inconsciente coletivo do povo.” (1994, p. 178) No entanto era necessário “restaurar” a sociedade brasileira pela via política. Este esforço se constituía em buscar a natureza e cultura nacionais, a fim de redescobrir o caráter do homem brasileiro, perdido no subconsciente nacional. A natureza do homem e a cultura nacional deveriam ser encontradas e revividas através da ação política que impulsionaria o elemento produtivo do trabalho.

Outros fatores abordados pelos autores de “Cultura Política” e que apontam para uma das características da formação do trabalhismo brasileiro são os elementos da questão social e do Estado Nacional. De uma forma geral, após a implantação revolucionária do Estado Novo em 1937, a política do Estado representava para estes autores a superação do liberalismo elitista buscando unir território, população e governo, omissos até então. Portanto, este deveria também buscar um quarto elemento, desta vez fora da política, e que jamais fora uma preocupação entre as elites dominantes. Esta quarta via, ou este novo elemento seria a definição do que talvez tenha sido a mais importante característica do Estado Novo, a promoção do bem estar social, como afirma Gomes:

A revolução fundadora do Estado Nacional vinha exatamente rearticular esses elementos constitutivos, através da intervenção de um quarto elemento fundamental: a finalidade do Estado, que devia ser encontrada fora da política, ou seja, na promoção do bem estar social e na realização do bem comum. Desta forma, o ponto central da revolução nacional residia justamente em seus propósitos sociais, em contraposição às preocupações políticas dominantes até então. A revolução tinha como sua marca específica o reconhecimento e o enfrentamento da questão social no Brasil. (1994, p.180)

Uma característica essencial do trabalhismo, que seria fundamentada no campo das ideias, parte do significado imposto ao conceito de democracia pelos autores do DIP. Para eles, a emergência do Estado Novo em 1937 trouxe consigo uma nova experiência revolucionária, até então desconhecida na história nacional. Esta nova realidade fundase objetivamente na “construção de uma nova concepção, de um novo conceito de democracia” (1994, p. 182). No Estado Novo, a reflexão política foi norteadada pela ideia de que num mundo moderno que se intelectualizava cada vez mais, deveria estar presente uma reformulação de valores preexistentes, tornando a compreensão de mundo mais adequada frente à realidade social. Desta forma, as doutrinas de caráter permanente e generalizantes deveriam ser abandonadas em virtude da formulação de outras, mais inovadoras e socializantes. Em consequência desta renovação, criou-se uma

nova filosofia política preocupada em adequar as instituições às demandas das questões sociais e das mazelas deixadas pelos governos anteriores. Neste sentido, as filosofias políticas clássicas sejam elas liberais, comunistas, ou totalitárias como as fascistas, seriam todas desumanas, sujeitando o indivíduo à pobreza ou subordinando-o completamente ao Estado estando assim “afastadas das reais necessidades vitais do homem em sua universalidade e, no caso do Brasil, também em sua especificidade histórico-cultural” (1988, p. 183). Surge então um novo conceito de democracia, a democracia social, sendo esta prioritariamente a favor do ser humano, desenvolvendo uma política de assistência social onde o indivíduo seria beneficiado pelo estado e o trabalho produtivo receberia uma atribuição positiva, se tornando a única forma de vida sensata:

A nova democracia tinha o ser humano como alvo de suas preocupações, não desejando nem sua desintegração, como ocorria no liberalismo, nem sua estatização, como ocorria no totalitarismo. O Estado moderno precisava humanizar-se, pois só assim cumpriria seus fins últimos, definidos por seu espírito e não pelas formas políticas que pudesse assumir. Para tanto, o Estado Novo devia integrar-se à vida popular, dando melhor assistência social às populações, maior amparo e dignidade à personalidade humana. Desta forma, a grande evolução das democracias seria abraçar o ideal de respeito ao trabalho, como meio de valorização do homem. (1994, p.185)

Portanto o valor positivo e intrínseco do trabalho assume um grande papel no Estado Novo. A partir desta nova filosofia política e social, este deveria ser tratado como a atividade central da vida humana. Assim, o trabalho torna-se um meio da emancipação da personalidade, algo que valoriza o homem e o torna digno, fazendo com que este encontre seu sentido de utilidade social capaz de impulsioná-lo a favor do bem comum. O cidadão da democracia social tomaria outra conotação, deixando de ser reconhecido pela propriedade de direitos civis e políticos, passando a ser definido pela posse de direitos sociais.

Um último aspecto a ser abordado aqui, é o da crítica ao chamado formalismo político. Os autores da revista “cultura política” sugeriam que um Estado forte, deveria ter em princípio a unidade em todos os aspectos políticos e sociais. A ideia de democracia não se baseava no dissenso e no embate de pensamentos. Isto significava que o velho conceito de divisão de poderes, deveria ser superado pela harmonia de poderes. A realidade entre se ter de optar entre democracias ou ditaduras, caía por terra devido a existência de uma revitalização do sistema presidencial de governo. Assim o país optava pelo processo de salvação da democracia, transformando a figura do presidente da República em autoridade máxima do Estado, que teria a função de



coordenar toda a vida política. Logo, a presença da pluralidade partidária não existiria devido ao fato de que a existência de mais de um partido político na nação, representaria a manifestação de antagonismos sociais:

Desta forma, a constituição de um Estado emergia como preliminar necessária à própria criação do grupo nacional. A construção da unidade nacional não comportava a existência de partidos ou facções que impediam a formação de um verdadeiro espírito nacional, alimentando conflitos regionais e setoriais. (1994, p. 189)

No campo da comunicação, foram muitas as estratégias utilizadas pelo DIP a fim de divulgar o projeto trabalhista, assim como as realizações do governo no campo social, principalmente durante o período em que Alexandre Marcondes Filho ocupou a pasta do Ministério do Trabalho, Indústria e comércio (1942 – 1945). Um dos seus principais recursos fora o rádio, de onde passou a ocupar todas as quintas feiras, o programa “Hora do Brasil”, amplamente difundido no Brasil pela Rádio Nacional, sendo que no dia seguinte aos pronunciamentos, o jornal oficial do Estado Novo à época, “A manhã”, publicava o discurso proferido pelo ministro, dando ainda maior ênfase nas informações veiculadas no dia anterior. Para reforçar ainda mais o procedimento de divulgação das políticas públicas do Estado Novo, Marcondes passou a falar, a partir de 1944, diariamente em horários estratégicos na chamada Rádio Mauá, também conhecida como “Rádio dos trabalhadores” com o programa “Trabalhadores do Brasil”. Esta iniciativa do DIP e de Marcondes Filho era algo inédito no país, tendo atingido enormes picos de audiência, esta vinculada a um público específico, exatamente aquele que se visava atingir:

Era a primeira vez que uma autoridade do porte de um ministro de Estado se dirigia a tão grande público, usando sistematicamente, como instrumento divulgador da mensagem, o rádio. A divulgação pela imprensa ou outros meios de difusão (disco, por exemplo) das palestras de Marcondes funcionariam mais como um esforço ao canal de comunicação de maior penetração da época. A radiofusão adequava-se como uma luva ao objetivo específico da nova programação. As palestras se dirigiam a um público específico e em grande parte analfabeto, e seu conteúdo, apesar de diversificado, tinha um eixo fundamental: a legislação social trabalhista do Estado Novo. (1994, p. 197)

Assim, pode-se notar que o objetivo do DIP em utilizar o rádio, principal veículo de comunicação da época, era justamente atingir a massa de trabalhadores que eram, contudo a base do governo do Estado Novo.

Além da radiofusão e dos jornais, criou-se também alguns rituais trabalhistas, que envolviam o encontro direto da população com as autoridades, sempre destacando a

figura do trabalhador. A primeira destas festividades ou destes rituais foi a criação do dia do trabalho. Feriado nacional ainda nos dias de hoje, a data foi utilizada na cidade do Rio de Janeiro em 1938, porém com participação restrita de políticos, e autoridades da época. Na ocasião, o presidente Vargas anunciou o regulamento da lei do salário mínimo, e prometeu que anualmente lançaria uma nova política social a cada dia do trabalho. Ainda em 1938, em virtude da comemoração do primeiro ano do Estado Novo, foi instituída uma grande solenidade pública, com a presença de autoridades civis, militares e uma multidão de trabalhadores. A grandiosidade do evento implicou na utilização do estádio do Vasco da Gama no Rio, o maior estádio até então visto na cidade. Segundo Gomes, “foi nesta ocasião que Vargas, pela primeira vez em uma festa de caráter trabalhista, usou o vocativo, *Trabalhadores do Brasil*, que se transformaria em seu bordão ao encarnar o papel de líder das massas operárias, e, não por acaso, inspiraria o título do programa radiofônico do Ministério do Trabalho.”(1994, p. 200)

Outra grande festividade que reunia Estado e trabalhadores era comemorada em uma data muito próxima do aniversário de Getúlio Vargas. Neste dia eram diversos os atos comemorativos em homenagem ao Presidente que sempre se ausentava nesta data, mas que agradecia no 1 de maio a todas às manifestações de apoio e apreço dos trabalhadores.

Para Gomes, estas festividades tinham um papel importante para intensificar a aproximação entre a massa de trabalhadores e o Presidente. Assim, ela afirma que estas se constituem como um momento simbólico crucial para a lógica da doutrina trabalhista:

Estas três comemorações- o aniversário do Presidente, o Dia do Trabalho e o aniversário do Estado Novo – constituíam três ocasiões chave para a comunicação entre Vargas e a massa de trabalhadores. Diferenciadas e com destaque para o 1 de maio, elas se reforçavam mutuamente e criavam um calendário de encontros significativos. Não cabe aqui uma reflexão detalhada sobre o sentido de cada uma destas datas, que contribuíram em muito para a formação de uma mitologia do Estado Novo, do trabalho e do Presidente. O que interessa destacar é que elas se integravam, ao mesmo tempo que precederam e redimensionaram a intenção básica da política doutrinária do Ministério do Trabalho após 1942. Ou seja, elas estruturaram uma aproximação significativa entre autoridades e o público trabalhador. (1994, p.201)

Porém, além das estratégias de comunicação e divulgação utilizadas pelo DIP, existia também um forte programa destinado aos trabalhadores, cuja importância tinha maior relevância no projeto trabalhista, a sindicalização. O projeto da sindicalização, implantado desde os primeiros anos da década de 1930, era o que realmente dava sentido aos demais. Principalmente durante o Ministério Marcondes Filho, a vida

nacional mobilizava-se pela ampliação dos sindicatos. Em períodos anteriores, apesar da relação Estado – cooperações trabalhistas fosse ativa, não se reconhece esforços maiores neste sentido. A partir de Marcondes Filho e de sua fala sobre a organização sindical que assuntos como o tipo de sindicalização vigente no país, história das associações de trabalhadores, o papel dos sindicatos e de seus líderes, entre outros assuntos, foram discutidos e veiculados pelos meios de comunicação, particularmente entre os anos de 1944 e 1945. Assim, o Ministério passava a se preocupar mais com o futuro das representações sindicais e sua real participação na vida política brasileira.

Neste sentido foram tomadas algumas medidas, que este trabalho não me permite aprofundar, mas que merecem citação. Primeiramente, fora feito através da atuação do Ministério do Trabalho, uma campanha de revitalização do sindicalismo brasileiro. Assim, Marcondes Filho liderou uma ofensiva do governo direcionada aos líderes sindicais, convocando-os a “desenvolver o espírito associativo de forma que em cada sindicato estivessem inscritos todos aqueles que exercessem a profissão por ele representada” (1994, p.232), e com todo apoio necessário do governo. Com isso o governo pretendia tornar o sindicato uma entidade de representação real de cada categoria, e exigia como prova desta representação não só o aumento das listas de filiados, como também a frequência destes à sede. Foram criadas, além desta mobilização em torno da sindicalização dos trabalhadores, outras formas de incentivo sindical no período final do Estado Novo, como à criação do imposto sindical que visava dotar de recursos os sindicatos, para que estes arcassem com suas demandas. Porém este incentivo acabou por ter efeito inverso, uma vez que os sindicatos passaram a receber verbas independentemente da quantidade de filiados. Na realidade o que o Ministro queria não era criar uma série de entidades dominadas por líderes “pelegos”. O que Marcondes visava era uma alteração nos quadros da sindicalização brasileira, tornando-a mais forte e capaz de manter-se sem estar totalmente subordinada a órgãos oficiais. Foi criada também a chamada Comissão de Enquadramento Sindical, que controlava de perto a expansão do número de sindicatos, além da reforma do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), órgão do Ministério do Trabalho, que passou a fiscalizar com mais rigor as atividades sindicais. Nesta reforma foi criada a divisão de Organização e Assistência Sindical, que passou a assistir as atividades sindicais e fora afastado o diretor do DNT, Luiz Augusto do Rêgo Monteiro, e colocado em seu lugar Segadas Vianna, assessor do ministro Marcondes. Segundo Gomes, esta

mudança representou, sobretudo, uma renovação no órgão e iniciando um processo de formação de lideranças sindicais:

A saída de Luiz Augusto do Rêgo Monteiro em 1943, após uma visita à Argentina, onde falou a militares de tendência direitista, significou mais do que uma troca de nomes. Vindo da administração de Waldemar Falcão e como ele tendo fortes ligações com a militância católica, Rêgo Monteiro tinha inclinações não muito adequadas ao novo momento político. Se o ministério Agamenon Magalhães caracterizava-se pela repressão ao sindicalismo plural e autônomo ( aliás consagrado na Constituição de 1934) e pela perseguição e prisão de muitos líderes(sobretudo no pós 35), o ministério Waldemar Falcão fora o período de criação de novos líderes. (1994, p.233)

Afastados os pelegos do Ministério, fora construída no interior deste a Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), que ficara encarregada de mudar a cena sindical do país. Assim este órgão ficou incumbido de avançar em um conjunto de proposições estratégicas. A princípio, o órgão deveria desenvolver o espírito sindical no meio operário. Feito isto se passava as próximas três etapas que se resumiam em transmitir a orientação do governo relativa à vida sindical, organizar cursos que preparassem os trabalhadores para as atividades sindicais, além de prestar todo tipo de apoio necessário a estas entidades. O ano de 1943 fora o ano de maior atividade do CTOS, e também o ano da concretização daquele que seria o maior dos projetos de Vargas, as CLT's. Porém, as diversas manobras do Ministério do Trabalho não foram suficientes para segurar Vargas no poder no ano de 1945. Apesar do presidente ter se afastado por um período do poder central, se criou no imaginário do trabalhador um vínculo claro entre a figura de Vargas e os benefícios sociais, fazendo com que as estratégias de veiculação das políticas trabalhistas do Estado Novo ganhassem uma dimensão muito forte.

Também merece atenção a atuação da Secretaria da Presidência da República, órgão diretamente vinculado ao presidente e que, nas décadas de 30 e 40, instituiu-se como canal eficiente entre o governo central e as diversas camadas da sociedade. Segundo Jorge Ferreira, em seu texto, “A Cultura política dos trabalhadores no Primeiro Governo Vargas”, a partir desta os trabalhadores tinham a possibilidade de reivindicar benefícios pessoais ou coletivos, expor problemas e pedir soluções:

A Secretaria era responsável por toda a correspondência endereçada a Vargas, desde a de um chefe de Estado estrangeiro até a dos setores marginais da sociedade. Dotada de um certo grau de autonomia administrativa e impondo sua legitimidade perante toda a máquina estatal pela vinculação direta ao chefe de Estado, a secretaria atuava trocando

informações com todas as instituições estatais, desde grandes ministérios até pequenas prefeituras. (FERREIRA, 1990, p. 181)

Assim, ao receber as cartas enviadas pela população com pedidos e reclamações, esta as encaminhava para os demais órgãos estatais para que pudessem dar um parecer positivo ou negativo.

Para o historiador, o conteúdo destas cartas revela que a população não estava totalmente alheia ao processo político, e demonstrava conhecimento sobre a doutrina do Estado Novo. Aliás, se utilizavam disso para exigir do Estado avanços de políticas públicas, benefícios próprios ou coletivos como nesta carta, escrita por um indivíduo em 1937:

“(...) Sendo oposicionista desde os bancos de preparatório, dificilmente poderia – direi impossível – solicitar um cargo ao Sr. Governador do Estado, e que nem conta mais com o valioso apoio de V.Excia. Mas por ser oposicionista (Partido Libertador) eu não me julgo impossibilitado de solicitar um emprego ao exmo. Sr. Presidente da República. Pedir uma colocação é a coisa mais natural deste mundo; agora não o era absolutamente na República Velha em sendo agente da oposição...A República Nova está mudando essa mentalidade e graças as idéias e ideais de Getulio Vargas (...)”<sup>18</sup>

Os trabalhadores que escreviam estas cartas, se valendo de argumentos próprios, contornavam a dominação política explicitando seu modo de vida e, utilizando o próprio discurso estatal, buscavam soluções governamentais para os problemas vividos no dia a dia. Longe de serem omissos e com certa habilidade para lidar com as palavras, faziam suas críticas, colocavam seu ponto de vista, e de forma respeitosa exigiam avanços das suas condições de existência previstas pela própria doutrina trabalhista.

O autor cita ainda que na grande maioria vezes estas argumentações, que tinham como base o discurso dominante, obtinham efeito positivo tendo em vista o alcance de objetivos pelos trabalhadores. Num dos exemplos citados um grupo de professores paulistas, ao solicitarem a esta Secretaria, providencias acerca de uma reforma educacional recém implementada, que restringia o direito dos alunos em prestar exames em colégio não oficiais, foram atendidos em breve período, como podemos ver no parecer emitido pelo Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino do Ministério da Educação, ao Ministro da Educação:

---

<sup>18</sup> Processo n° 31.583, FSPR, Série Movimentação pessoal, Subsérie Geral, lata 140, 1937. In: FERREIRA, Jorge Luiz. A Cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.3, n.6, pp. 180-195, 1990.

(...) A medida proposta está auctorizada no citado decreto, para o recorrente anno, somente. Quando há tempos V.Ex., me deu a honra de ouvir esta parte da reorganização do ensino secundário, tive ocasião de me manifestar favoravelmente a medida agora solicitada, visto considerar que, nestes primeiros anos, não possa realizar-se equiparação de institutos particulares de ensino secundário em numero tal que satisfaça aos interesses da população escolar em todo Brasil. Parece-me, pois, que deve ser oportunamente prorrogada a disposição contida no decreto para o corrente anno, relativamente aos alunos que não estejam matriculados em collegios equiparados, isto é, permitir-se que taes alunos prestem exame no Collegio Pedro II, nesta Capital, ou nos gymnasios estaduais, nos Estados.<sup>19</sup>

Assim, os trabalhadores dos anos 1930 – 1940 podem ter aceitado o discurso dominante do Estado Novo e suas formas autoritárias de poder, mas isso não os impedia de conflitar os problemas de classe, além de apontarem soluções que condiziam com seus interesses e lutarem por elas.

Já no segundo semestre do ano de 1944, o Estado Novo dava sinais de esgotamento. Protestos organizados de diversos setores da sociedade pediam eleições livres e o fim do regime. Neste momento, o DIP já havia se afastado das redações dos jornais, e os principais setores das forças armadas, devido ao fim da Guerra e da vitória dos aliados foram se afastando do apoio a Vargas, fazendo com que este perdesse suas principais bases de sustentação. Neste momento, tudo indicava que a democratização estava se aproximando.

O clima que se formou com o avanço das forças organizadas contrárias a Getúlio Vargas e com a aproximação das eleições foi de intensa provocação e de insultos ao Regime, principalmente à figura de Vargas. Atacado pela imprensa, de maioria oposicionista, Vargas teve sua imagem manchada por difamações das mais variadas, que segundo Jorge L. Ferreira em seu texto “Quando os trabalhadores querem: política e cidadania na transição democrática” tinham o objetivo de desmerecer a obra social do Estado Novo. O historiador cita alguns destes ataques da imprensa em diversos jornais de ampla circulação no país no ano de 1945:

Os ataques das oposições veiculadas na imprensa desmereciam particularmente a legislação trabalhista, sobretudo no tocante à implantação do sindicalismo controlado pelo Ministério do Trabalho, definida como obra do fascismo. *O jornal* de Assis Chateaubriand, na mesma linha de acusações, citou algumas páginas de *Main Kampf*, de Adolf Hitler, para comprovar que a organização sindical imposta por Vargas no Brasil tinha origem no nazismo: o sindicato, nas duas ditaduras, nada mais se tornou que um instrumento do Estado. O *Diário de notícias*, com o título “trabalhismo policial”, assim definiu a legislação social anterior: “a política trabalhista do Estado Novo consistiu essencialmente em duas coisas: em procurar convencer a classe operária de que as leis sociais eram um presente do

<sup>19</sup> Processo n° 73, FSPR, Série Ministérios, Subsérie Educação e Saúde Pública, lata 30, 1931-34.

ditador, e em controlar policialmente as atividades do sindicato. (FERREIRA, 2005, p.23)

Além dos ataques da imprensa ainda houveram diversas manifestações, sobretudo organizados pela União Nacional do Estudantes (UNE), que tomavam as ruas pedindo a democracia e o fim do Getulismo. Apesar das manifestações em prol da saída do Presidente Vargas, existiram também o inverso, a exemplo do caso do movimento conhecido como *queremismo*. Apesar de enfraquecido, o Estado Novo havia trabalhado sobre o imaginário dos trabalhadores, mantendo uma relação duradoura e imprimindo em alguns setores da população, na sua grande maioria trabalhadora, o sentimento de pertencimento a uma classe e a uma tradição. Neste sentido, dois casos interessantes citados por Ferreira chamam a atenção. No primeiro, o autor se remete a uma manifestação da UNE na Praça da Sé em São Paulo, onde se reuniram estudantes com faixas contendo frases como “Liberdade de palavra” e “Fora o Getulismo”. Sem nenhuma organização prévia, diversas pessoas se aglutinaram e expulsaram os estudantes da praça, e deram vivas ao presidente:

Após ofender e insultar Vargas com linguagem contundente, Rui Nazareth, presidente do Centro Acadêmico, declarou: “Trabalhadores e estudantes de São Paulo, avante! Pela democracia!” No entanto, para a grande surpresa dos manifestantes, centenas de pessoas, de aparência humilde, mas profundamente indignadas, chegaram na praça e, batendo em panelas, começaram a vaiar os jovens universitários. Sem se intimidar, o orador lembrou a derrota do integralismo naquele mesmo local e, com coragem, aumentou o tom dos ataques a Getúlio Vargas. Os trabalhadores, ainda mais revoltados, bateram mais forte nas panelas e, aos gritos, exclamaram: “Abaixo o PRP!” Viva os trabalhadores!” e, surpreendentemente, “Nós queremos Getúlio!” Sem condições de continuarem o comício, os estudantes, desalentados, se dispersaram, e a multidão, com suas panelas, apoderou-se da praça. (2005, p. 24)

O segundo episódio aconteceu durante outra manifestação estudantil contrária a Vargas, desta vez em Belo Horizonte:

Dias depois, em Belo Horizonte, novos incidentes ocorreram. Ao presenciarem estudantes ofendendo Vargas, populares acabaram com o comício e tentaram, por quatro vezes, embora sem conseguir, invadir e depredar a sede de *O Estado de Minas*, jornal do grupo *Diários Associados*, cuja linha editorial era de ataques sistemáticos ao presidente. Insatisfeitos, os trabalhadores dirigiram-se para a Avenida Afonso Pena e, aos gritos de “Getúlio! Getúlio! Getúlio!”, ameaçaram destruir o comitê eleitoral de Eduardo Gomes. Na Rua São Paulo atacaram a Rádio Mineira, também do grupo *Associados*. (2005, p. 25)

A repercussão destas revoltas foi divulgada pela imprensa, porém em tom pejorativo, referindo-se aos trabalhadores como perturbadores, desordeiros, selvagens, entre outros adjetivos.

Entre fevereiro e o dia 29 de outubro de 1945, quando Vargas deixa o poder, a sociedade brasileira viveu um processo de democratização política de estrutura bipolar. De um lado se mantinham as forças organizadas que pediam a saída de Vargas e chamava as eleições, e de outro um movimento popular de massa conhecido como “queremismo”. Diminuído por alguns autores, o “queremismo” foi mais do que apenas um movimento afastado, que fora logo derrotado com a inevitável queda do Estado Novo, ou um levante movido por um grupo de revoltados ou perturbadores, como sugerem os jornais da época. Como podemos perceber em fotografia do período<sup>20</sup> e documentos de época, tal movimento marcava sua presença em diversos estados, alcançando nível nacional. Através de carta endereçada a Getúlio Vargas em 1948, Nelson Fernandes, Deputado Estadual pelo PTB de São Paulo, envia notícias a Getúlio Vargas sobre o crescimento do movimento queremista no Estado, como podemos perceber em um dos trechos:

São Paulo, 31 de Janeiro de 1948. Eminente Chefe;Presidente Getúlio Vargas. Aproveito a ida de nosso amigo Major Newton Santos, até a presença do Eminente Chefe para fazer um breve relato do que vae por São Paulo. Com referência ao PTB com toda a certeza o Senador Salgado Filho, que foi alvo de carinhosa acolhida quando de sua última visita já comunicou ao Eminente Chefe a impressao que teve.(...) O que não resta dúvida é o crescimento do Queremismo. Tenho a impressão de que dentro de algum tempo, ninguém conseguirá deter a marcha dos acontecimentos. Sou um deputado que ando muito o interior. Quanto mais ao Oeste, maior a onda queremista. Atualmente em 100 pessoas, 90 são queremistas, não há dúvida alguma.(...)<sup>21</sup>

Para Jorge Ferreira, esta mobilização de apoio à permanência do Presidente Vargas no poder teve papel fundamental na mudança da conjuntura política das eleições que estavam por vir:

Em termos gerais, as análises sobre a transição democrática de 1945 centram suas preocupações nos comportamentos de grandes lideranças, como Vargas, Prestes, Eduardo Gomes, entre outras, e em instituições, a exemplo das Forças Armadas e dos partidos políticos, e não tanto em compreender as motivações de milhões de pessoas que foram às ruas defender a continuidade do presidente no poder. Sobretudo, grande parte dos textos ainda não

<sup>20</sup> Ver F4. Movimento “queremista” 3 de outubro de 1943. p. 52

<sup>21</sup> Trecho da carta de Nelson Fernandes à Getúlio Vargas sobre a situação do PTB em São Paulo; disposição dos deputados petebistas de reestruturarem o partido; crescimento do “queremismo”; articulações de Ademar de Barros, e sua candidatura à Presidência da República, reivindicações de aumento salarial; emissão de moeda pelo Governo Federal.



observou, e particularmente não valorizou, que a atuação e a intervenção dos trabalhadores, determinados e com vontade política, impediram que a transição à democracia ficasse restrita a uma negociação, pactuada pelo alto, pelas elites. (FERREIRA, 2005, p. 24)

É importante ressaltar que, trabalhistas ou não, os queremistas sugerem no mínimo uma ligação muito forte com a política trabalhista do Estado Novo e manifestam de uma forma especial os anseios, crenças e tradições políticas dos trabalhadores, apresentando de certa forma uma maneira de se comportar politicamente no Brasil. O que certamente se pode dizer é que este movimento popular e de massa, mobilização comparada somente à da Aliança Nacional Libertadora em período anterior, e tempos depois à das diretas já, representa uma cultura política comum entre trabalhadores do período que através de experiência vivenciadas no seio de sua classe, manifestaram uma corrente de expressão popular:

O queremismo antes de ser apressadamente interpretado como a vitória final de um suposto condicionamento homogeneizador da mídia do Estado Novo, expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o primeiro governo Vargas. (2005, p. 26)

Porém, apesar deste movimento ter sido de grande relevância e ter manifestado aspirações da classe trabalhadora em relação a experiências vividas e em torno da permanência do seu líder carismático e bem-feitor Getúlio Vargas no poder, este movimento teve maior articulação, ou se manifestou com maior força após a criação daquele que seria o braço político dos trabalhistas na nova conjuntura democrática que estaria por vir, o PTB:

Este projeto – “Queremos Getúlio e “Constituinte com Getúlio – remete às relações dos trabalhistas com o chamado movimento queremista, nascido de forma mais articulada em meados de 1945. Estas relações são claras, embora até certo ponto evitadas. Não se trata de discutir se o PTB se organizou sob a pressão dos queremistas, como querem alguns, ou se o PTB foi o ponto de partida do movimento queremista, como defendem outros. O que importa ressaltar é que o trabalhismo como ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação, direta e emocional, que ele se propunha a manter com a massa trabalhadora, vinha sendo construído dentro do Ministério do Trabalho desde 1942. Assim, sem o suporte ideológico do trabalhismo, o queremismo teria sido praticamente impossível. Entretanto, o trabalhismo não implicava necessariamente uma organização partidária, embora a formação de um partido tendo como base a máquina do Ministério do Trabalho fosse uma idéia antiga. (GOMES, 1994, p. 267)

A partir da queda do Estado novo e da formação dos partidos políticos, meio a este momento de crise política no país, fora definido pelo governo sua intenção de convocar as eleições. Assim, foi decretado o ato adicional número 9 que estabeleceu as eleições e em seguida a Lei Agamenon que regulamentou o Código Eleitoral, marcando as eleições para o dia 2 de dezembro além de estabelecer os requisitos para a criação dos novos partidos políticos. Nesta regulamentação ficou definido que o caráter destes partidos deveria ser de cunho nacional, extinguindo a idéia de agremiações ou partidos regionais e estaduais, como fora o caso do PRM (Partido Republicano Mineiro) entre outros, existentes durante a Primeira República, como afirma a historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado em seu livro “PTB: do getulismo ao reformismo”:

Pela primeira vez na história política do Brasil, tornar-se-ia condição obrigatória para o registro de qualquer organização partidária, o seu caráter nacional. Os novos partidos, que viessem a ser criados, teriam de ter necessariamente uma base nacional. Essa exigência rompeu definitivamente, na vida política brasileira, a cadeia partidária de base regional e estadual que durante longos anos sustentara o predomínio local e nacional das oligarquias.(DELGADO, 1989, p. 34)

O PTB surgiu justamente neste período onde estava sendo articulada a sucessão presidencial, e fora criado por Getúlio Vargas no sentido de representar uma via para os trabalhadores brasileiros, porém não fora um partido criado especificamente para conter o avanço comunista. Pelo contrário, era um partido de mobilização de duas alas da sociedade, tanto das elites quanto de trabalhadores, o que lhes permitia articular amplas alianças dentro do sistema político brasileiro. Vargas também estava profundamente ligado à fundação do Partido Social Democrático (PSD). Estas duas siglas, juntamente com a UDN, disputariam os pleitos mais importantes do país, se constituindo como as principais forças políticas até o ano de 1964. Desta forma, o PTB construiria sua legitimidade permanentemente até o ano de 1964 através de estreitas relações com as corporações de trabalhadores, e da exaltação sobre a obra social preterida pelo Presidente Vargas, assim como à sua figura como afirma Neves:

Novas exigências legais se fariam e os novos partidos teriam de, mesmo ainda tendo influência regional, criar formas alternativas de legitimidade e prestígio. O Partido Trabalhista Brasileiro, que nasceria naquela conjuntura, procuraria construir pragmaticamente sua legitimidade, através do apelo carismático de Vargas e de uma sólida e permanente relação com os trabalhadores e sindicatos. (1989, p. 34)

Algumas fotografias do período pós 1945<sup>22</sup>, demonstram como era forte esta ligação, o que remete que o PTB foi um partido político, que além de ter representado uma nova via para os trabalhadores, simbolizava contudo a tradição trabalhista construída no Estado Novo, além do caráter extremamente ligado à figura de Vargas.

O PTB nasce em maio de 1945 sobre o controle governamental, e teve como palco de suas principais articulações políticas Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e como grande figura o Presidente Vargas. Com o fim do Estado Novo, Vargas era o nome de maior prestígio na política nacional, e apesar de ter uma oposição ferrenha da imprensa escrita do país jogando do lado contrário, o processo de redemocratização de 1945 expressa sua expressão como figura simbólica. Dentre os três principais partidos criados em 1945, a influência do getulismo dos anos anteriores agiu decisivamente sobre a conjuntura política, como afirma Gomes:

Tomando-se s três principais partidos então criados, é evidente que uma de suas diferenças mais marcantes dizia respeito ao julgamento que faziam sobre a influência do getulismo no panorama político, O PSD e o PTB se caracterizavam como agremiações getulistas, tornando Vargas como um grande e moderno estadista, como o “pai dos pobres” e o assegurador da legislação social e trabalhista. Já a UDN, representava a oposição mais radical ao getulismo, considerando-o a negação da política liberal e pluralista, isto é, a encarnação do ditatorialismo. Como a literatura que trata do sistema partidário do período enfatiza, o getulismo foi o divisor de águas da nova ordem que então se estabeleceu. (GOMES, 2007, p.58)

Desta forma o PTB é criado do estreitamento das relações entre getulismo e trabalhismo. A sigla nasce ao mesmo tempo em que o PSD, configurando a frustração de um projeto que visava à constituição de um partido único e de massa. Pragmaticamente PTB e PSD surgiram como uma solução imposta ao contexto político do período, onde se figuravam um forte partido de oposição, a UDN, e um partido extremamente organizado de esquerda, o PCB. Portanto, PTB e PSD se diferenciavam em sua composição ideológica, uma vez que o PSD buscava o apoio de interventores estaduais através de seu aparato clientelístico em todo o país, enquanto o PTB tinha uma proposta mais diretamente voltada para as classes trabalhadoras. Assim, o PTB buscou seu modelo no trabalhismo inglês e suas propostas tiveram origem no Ministério do Trabalho, através da relação com as lideranças sindicais e organismos previdenciários. Nas eleições de 1945, por orientação de Vargas, os dirigentes do PTB deram prioridade aos quadros ligados ao sindicalismo. O objetivo maior era aproveitar a influência do

---

<sup>22</sup> Ver F1, Solenidade do PTB em homenagem à Getúlio Vargas (data não especificada) p 51. F2, Painel produzido pelo P.T.B. em homenagem à Getúlio Vargas Ano: 1945 a 1950 (data provável) p 51. F3, Políticos e partidários do PTB durante comício. Entre setembro e outubro de 1950 (data provável) p. 52.

Estado Novo na organização sindical como estratégia para se conseguir votos. Desta forma os sindicatos tornaram-se bases efetivas do partido, fazendo com que este conseguisse se destacar em diversos estados, entre eles Minas e São Paulo, os dois maiores colégios eleitorais do país (São Paulo além disso o maior e mais importante centro operário). Apesar de obter vários ganhos em termos de expansão e influência, o PTB entre 1946 e 1950, acabou tendo diversos problemas internos, como as disputas criadas pelo fato de estar presentes em muitas localidades, acirrando rivalidades regionais.

A preocupação com uma organização mais eficiente em termos partidários, fez com que a presidência do partido se tornasse um lugar chave, dando poder ao Diretório Nacional. Com isso, estabeleceu-se internamente uma estrutura organizacional centralizada, limitando a opinião interna de seus membros. Documentos da época nos mostram como, por exemplo, todas as decisões passavam por Getúlio Vargas. Em uma destas fontes, podem-se ver anotações de Vargas datadas dos anos iniciais de construção do projeto partidário, sobre orientações a serem passadas aos dirigentes do PTB em diversos estados, o que remete a idéia de existir uma figura central que controlasse as ações dos diretórios:

Pro-memória: carta ao Segadas recomendo urgência no reconhecimento dos diretórios profissionais; Explicar ao F. que necessita revir a opinião de certos amigos para responder ao Osvaldo. Que o Doutor esteve aqui e ficou encarregado das consultas. Recomendar com empenho ao Salgado os nomes do Dr. Jayme Santos Neves e Dr. Paulo Veloso, que iniciarão o movimento “queremista” no Espírito Santo à margem do PTB. Aumentar a comissão de reestruturação de São Paulo, que está caduca. Mazagão, Castro Neves, Duque Estrada.<sup>23</sup>

Ainda se pode ver a lista escrita de próprio punho por Getúlio, onde este define a composição do Diretório Nacional, demonstrando suas indicações para a direção:

1 - Presidente Getúlio Vargas; 2- 1 vice Salgado Filho; 3- 2 vice Baeta Neves; 4- 3 v ?; 5 – Secretário Geral Lindolfo Alves; 6 – 1 secretario Geral Carlos Maciel; 7 –2 Secretario Geral Cornelio Fernandes; 8- T. geral Romeu Fiori ;9- 1 Tesoureiro Danton Coelho; 10 – 2 tesoureiro Frota ou Frontinelli; 11 – Procurador J. Emilio. <sup>24</sup>

Com a morte de Salgado Filho, ex-ministro do trabalho e presidente do Diretório Nacional do PTB em 1950, Vargas que já era o nome de maior influência no PTB,

<sup>23</sup> Getúlio Vargas, 05/ 1950 Anotações de Getúlio Vargas sobre problemas de reestruturação do PTB em diversos estados.

<sup>24</sup> Getúlio Vargas, 06/1948. Indicações de Getúlio Vargas ao Diretório Nacional do PTB.

passaria a ser também o único nome capaz de disputar o pleito naquele ano. Portanto, o governo Dutra, que assumira após a queda do Estado Novo, teria se desgastado bastante devido às repressões no meio sindical, o que fez com que surgissem disputas internas e o afastamento do PTB do sindicalismo. Como o partido sustentava uma característica ideológica trabalhista, era de vital necessidade utilizar dos meios de divulgação para propagar tal identidade aos trabalhadores. E os esforços não foram poucos. A existência de cartas<sup>25</sup> às instituições ligadas aos meios de comunicação por parte de lideranças trabalhistas nos mostram que isto fora uma realidade no período, principalmente no ano de 1950, onde os partidos concorreriam à sucessão presidencial.

Apesar da referência à Vargas estar sempre presente nas ações políticas do PTB em sua história política, algumas fontes apontam para a intenção das lideranças partidárias e até mesmo do próprio Getúlio em criar uma orientação ideológica em relação à sigla. Desta forma, foi-se amarrando aos poucos outros nomes ao partido e sendo construída uma base ideológica que refletisse sobre um programa partidário que tivesse coerência com a doutrina trabalhista. Em virtude desta necessidade de se criar um sentido ideológico vinculado ao partido, Alberto Pasqualini, membro e fundador do PTB, que veio a ocupar diversos cargos públicos eletivos pela sigla, enviou em 1950 uma carta à Vargas, discutindo a fixação de bases doutrinárias do trabalhismo assim como a necessidade de se fazer naquele ano uma campanha partidária, e não pessoal:

Prezado amigo Senador Getúlio Vargas: (...) Desejo aproveitar esta oportunidade para salientar-lhe a necessidade de que o partido fixe, oficialmente, através do pronunciamento de seus órgãos competentes, as diretrizes básicas que o norteiam e de modo que caracterize a índole de nosso constituam um critério geral de orientação relativamente aos mais importantes problemas e questões nacionais. Nossos companheiros, pelo que tenho observado, sentem a necessidade dessa orientação e o que se apresenta por aí como trabalhismo é, freqüentemente, o que pode haver de mais disparatadamente anti trabalhista.(...)Isto teria ainda a vantagem de evitar explorações,desvirtuamentos e deturpações, como está ocorrendo e como acontecerá ainda em maior escala quando a campanha eleitoral adquirir maior intensidade.(...) Ousaria lembrar que, se a campanha eleitoral for colocada apenas em termos de prestígio pessoal, um eventual insucesso poderia ser um desastre. Se, porém, o Senhor for o líder de uma orientação social, de uma idéia, de um sistema, a perda de uma eleição em nada poderia afetar o seu prestígio; antes somente poderia engrandecer seu nome porque ficaria apenas provado que existe ainda uma ocasional maioria reacionária que não se

---

<sup>25</sup> Telegramas de agradecimento de Alexandre Marcondes Filho a emissoras de radio pelo apoio prestado ao PTB. 1951.

rendeu à excelência e à evidência das novas idéias e a luta continuaria, sem desilusões e sem esmorecimentos.(...) <sup>26</sup>

Vinculado a esta tentativa de formulação doutrinária, foram criados diversos jornais trabalhistas, objetivando a divulgação da ideologia trabalhista através dos meios de comunicação. Neste sentido, entre 1945 e 1947, a atuação do PTB entre estas instituições midiáticas da época fora intensa o que de certa forma lhes trouxe algum retorno nas urnas:

O esforço doutrinário se constituiu em um importante objetivo das lideranças trabalhistas, a despeito de elas mesmas não concordarem inteiramente sobre o teor do assunto. Devido a isso, houve várias e diferenciadas tentativas, articuladas por formuladores como Alberto Pasqualini, Lúcio Bittencourt, San Tiago Dantas e Salgado Filho, que raramente agradavam a todos os grupos que integravam o partido. Vinculadas a esse esforço de formulação de cunho mais intelectual, existiam as iniciativas de organizar jornais trabalhistas, isto é, de propagar a ideologia através dos meios de comunicação de massa. Entre diversos periódicos de vida efêmera, um se destaca por sua maior duração e influência: *A democracia*, que circula entre abril de 1945 e novembro de 1947. O que se pretendia era fazer chegar ao trabalhador uma mensagem objetiva e, ao mesmo tempo, lembrar-lhe a eficácia do patrimônio que já dispunha para a defesa de seus interesses. (GOMES, 2007, p.65).

Ao vencer as eleições de 1950, Getúlio apesar de não ser o candidato oficial do PTB, volta ao poder pelas mãos do trabalhismo e sua intenção era mesmo a de fazer um governo trabalhista. Porém, as alianças feitas com setores civis e militares, impediram um prestígio maior do PTB, partido que melhor representava este objetivo. Em outras palavras, Getúlio procurou governar com o PSD se aproximando da UDN, o que fez aumentar as desconfianças e em conseqüência as oposições ao seu governo. Praticamente toda a grande imprensa do país se posicionava contra Vargas, em especial o jornal “Tribuna da Imprensa”, de Carlos Lacerda. Neste momento, o único jornal governista era o “Última Hora”, de Samuel Wainer, criado em 1951, e que acabou tornando-se o jornal oficial do governo Vargas.

Durante seu governo, uma das principais dificuldade encontradas pelo Presidente Vargas foi na pasta do trabalho. Danton Coelho e Segadas Viana estiveram à frente do Ministério até o ano de 1953, quando se anuncia uma polemica reforma ministerial. O congelamento dos salários e o aumento do custo de vida no país, fez com que diversos setores do movimento sindical recorressem ao Ministério do Trabalho a fim de negociar um aumento salarial que fosse satisfatório à classe trabalhadora. Assim,

---

<sup>26</sup> Alberto Pasqualini, 08/07/1950. Carta de Alberto Pasqualini à Getúlio Vargas demonstrando a necessidade de fixação das diretivas básicas do trabalhismo pelo PTB, recomendando de que a campanha eleitoral seja partidária e enviando discurso solicitado por Getúlio Vargas.

o então Ministro Segadas Viana aprovou um aumento salarial considerado insuficiente que resultou em diversas greves, dentre elas uma das maiores já vistas na história do país, que fora a greve dos 300 mil em São Paulo.

Foi justamente no bojo desta crise do ministério do trabalho que Getúlio Vargas, visando recuperar sua popularidade desgastada devido às gestões ministeriais de Danton e Segadas, realizou uma reforma ministerial, convocando para a pasta o então jovem presidente do PTB, o gaúcho João Goulart. Desta Forma Vargas encontrou uma saída para a crise do ministério do trabalho, indicando Goulart para estabelecer as negociações com o movimento sindical.

A partir da entrada de Jango no Ministério do Trabalho, foi desenvolvida uma nova estratégia que permitiria a reaproximação do governo com os sindicatos, possibilitando ao mesmo tempo amarrar alianças e recuperar o prestígio do presidente entre a massa trabalhadora. Em poucos dias as paralisações foram controladas e diversas reivindicações trabalhistas atendidas. O estilo de Goulart era bem peculiar, uma vez que este criou um modo informal de lidar com os sindicalistas. Ele costumava recebê-los pessoalmente, intervindo diretamente na dinâmica das negociações trabalhistas. Assim, Goulart modificou a forma de atuação do Ministério do Trabalho tomando algumas medidas que foram fundamentais para destacar seu nome no movimento sindical e no PTB. Neste sentido a primeira medida tomada foi a abdicação dos métodos repressivos comuns nos tempos da gestão Segadas Viana, afastando policiais infiltrados do meio operário, e passando a utilizar a negociação como forma de intervir nas greves:

Ao abdicar de métodos repressivos, comuns até então, e optar pela via da negociação para solucionar o conflito entre os marítimos e empresários, Goulart inaugurou um novo estilo de atuação no Ministério do Trabalho. No entanto, ainda durante a greve, seu discurso de posse já anunciava mudanças nas relações entre Estado e movimento sindical. Horas antes da solenidade de transmissão do cargo, marítimos, estivadores, metalúrgicos, portuários e operários de diversas fábricas, ao lado de dirigentes sindicais que vieram em comitivas do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro, munidos de bandeiras de suas entidades e fogos de artifício, esperavam o momento próprio para homenagear João Goulart. Nos discursos, ele reafirmava o seu compromisso com os trabalhadores declarando que “o sistema de governo vigente no país, consubstanciado na Constituição da República, assegura a todos, sem qualquer distinção o direito a uma vida decente e confortável, que não pode ser privilégio de alguns”<sup>27</sup> (2005, p.107)

---

<sup>27</sup> Discurso pronunciado por Joã Goulart em 19 de junho de 1953, In: FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista: Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964).

Dentre as medidas adotadas por Goulart destaca-se ainda a abolição do chamado “atestado ideológico”<sup>28</sup> e das intervenções ministeriais que visavam controlar as ações dos sindicatos, o que resultou numa maior independência pelos sindicatos para lidar com questões internas. O ministro também incentivou o processo de sindicalização rural e a aproximação entre trabalhistas e comunistas dentro do movimento sindical, uma vez que era contra disputas ideológicas no interior destes.

Os ganhos que Goulart reverteu para Getúlio e o PTB foram significativos, pois sua atuação permitiu que o partido voltasse a ter prestígio no meio sindical, e que opositores de longa data passassem a apoiar Vargas. Apesar de ter sido alvo de intensas críticas e acusações o ministro teve o apoio incondicional do presidente, o que de certa forma representou “um momento especial na história do PTB e do trabalhismo, uma vez que tem sido interpretado como o de sua escolha por Vargas, de seu representante político.” (GOMES, 2007, p. 70)

Porém a crise maior que enfrentou à frente da pasta do trabalho pode ser datada como do início de 1954, quando propõe um projeto de aumento no salário mínimo de cem por cento. A proposta de reajuste aumentou às pressões sobre o governo e o ministro acabou se exonerando em 1 de maio de 1954.

No entanto, a atuação de Goulart como ministro inaugurou uma nova fase para o PTB. O partido se tornou uma força política da mais alta significação. Assim, ancorados no carisma de Vargas e em sua doutrina trabalhista, nacionalista e também reformista, deu novo fôlego ao PTB, que poderia agora se afirmar e se expandir por meio de sua atuação junto à classe trabalhadora num Brasil que se urbanizava e industrializava aceleradamente.

Com o crescimento das oposições à Vargas no decorrer de 1954, o que se pretendia pela oposição era o expurgo do getulismo da vida política brasileira. Os ataques diários na imprensa, principalmente no jornal “Tribuna de Imprensa”, fizeram a crise se agravar. A gota d água ocorreu quando membros da guarda pessoal de Vargas atentaram contra a vida de seu maior rival político no período, o jornalista e governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda, matando no entanto o major Vaz que fazia a segurança. As notícias sobre o crime logo tomaram os jornais e Getúlio fora acusado de ser o mandante do crime, gerando uma grande crise política e as pressões para a renúncia do presidente se tornaram insuportáveis para ele. Mas Vargas estava decidido a

---

<sup>28</sup> Documento exigido aos sindicalistas para exercerem suas atividades.



não renunciar, e depois de tentar diversas saídas a solução encontrada para crise foi a de tirar sua própria vida. Suicida o presidente Vargas:

A crise que levaria ao desfecho traumático do governo, em 24 de agosto de 1954, tinha a marca da personalização da política nacional. Ela evidenciava a precária institucionalização da política nacional em geral, e do sistema partidário em particular, para que o estilo de Vargas muito havia contribuído. Mas exatamente por isso, por concentrar em sua pessoa a crise, Vargas, ao cometer suicídio, paradoxalmente possibilitou uma saída para a crise, permitindo o fortalecimento dos partidos e do regime democrático. (FERREIRA, 2005, p. 71)

As manifestações decorrentes do suicídio representam de forma interessante as enormes proporções tomadas pela força do getulismo. A revolta dos populares, detalhada pelos relatos de época é impressionante. Segundo estes, a destruição nas grandes cidades foi grande, de forma que os inimigos de Vargas, principalmente jornais e políticos udenistas, foram diretamente atacados. Ferreira cita o decorrer destes episódios no Rio de Janeiro, principalmente sobre a ação direta dos revoltosos. Em um destes episódios os populares, percorrendo as ruas com paus e pedras, subiram nos postes e arrancaram faixas e cartazes de políticos opositores. Na redação de “O Globo”, milhares de pessoas apedrejaram a fachada do edifício onde funcionava o jornal, e em seguida incendiaram veículos nas ruas, sendo necessária a ação dos bombeiros. A “Tribuna de Imprensa” fora protegida pelo cerco policial que ali se formou, havendo, portanto, a queima de toda a edição do jornal como ressalta Jorge Ferreira:

(...) centenas de pessoas foram para a Tribuna de Imprensa, mas novamente a invasão foi impedida, agora pela Polícia Especial. Os revoltosos, contudo, não se conformaram diante da bandeira nacional hasteada na sacada do segundo andar. Era necessário colocá-la a meio-pau, em sinal de luto. Como já se tomou lugar comum, o respeito aos mortos é sinal de respeito aos vivos. Após certa negociação, os populares sem condições de tomarem o prédio, e a polícia especial, sem ter como dispersá-los chegaram a um acordo: um popular e um policial entraram na redação e desceram a bandeira a meio-pau, como manda a tradição. Mesmo assim, toda a edição do jornal foi queimada na rua em frente (FERREIRA, 2005, p. 178)

A morte de Vargas produziu um sentido ao mesmo tempo político, social e simbólico. O rompimento violento e repentino com as estruturas simbólicas presentes no imaginário coletivo trouxe à tona o sentimento de pertencimento a uma classe representada pelo grande chefe e bem-feitor, que se despedia de forma trágica. Com o choque provocado, os trabalhadores tomam consciência de uma nova realidade que os identifica como grupo, e passam, a partir deste momento a enxergar no enfrentamento à oposição sua forma de protesto. Desta forma os populares ao se revoltarem partindo para a destruição

estavam na verdade tendo uma atitude simbólica de destruição da oposição, como sugere Ferreira:

Para o povo, vale dizer, os trabalhadores na interpretação varguista, o trauma sentido com a morte de Vargas implicou a desestruturação do mundo, mas permitiu a leitura da realidade social vivida a partir de outros ângulos. Os populares perceberam naquela manhã, sua própria identidade social como o “nós” que se contrapunha contra “eles”. (FERREIRA, 2005, p.179)

De 1945 ao trauma do suicídio, os trabalhistas construíram sua identidade, formularam um partido e se inseriram nas corporações de trabalhadores se tornando os representantes e defensores dos interesses destes. Esta tradição é mantida após 1954 e ganha grande força que pode ser traduzida no crescimento do movimento operário assim como no avanço do PTB nas disputas eleitorais, vindo a se tornar o maior partido do país até o momento do Golpe de 1964. Esta tradição voltaria, portanto, em 1979 com a anistia e a volta dos representantes do “antigo PTB” no cenário brasileiro, principalmente através da figura de Leonel Brizola que se tornou um quadro de nível nacional. Portanto, a disputa entre Brizola e Ivete Vargas pelos espólios da sigla fez com que surgissem dois novos partidos, O novo PTB, liderado por Ivete Vargas e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Ambos, norteados pela carta testamento de Getúlio Vargas, lutam pela herança da tradição trabalhista e da força do getulismo, ainda nos dias de hoje.

## 5. CONCLUSÃO

A cultura política trabalhista no período entre os anos de 1937 a 1954 atingira o domínio entre as classes trabalhadoras vindo a constituir a maior força política do país, tendo em vista o posterior crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro, principalmente após os anos 1950, quando João Goulart assume o Ministério do Trabalho em 1953 e no episódio do suicídio do grande líder trabalhista Getúlio Vargas. Estes dois momentos de forma especial contribuíram para que o PTB viesse a se tornar o maior partido do Brasil em 1964, quando o Golpe vem para conter o avanço dos trabalhistas no cenário político brasileiro. Porém, alguns fatores foram determinantes para construir o trabalhismo no país, assim como possibilitar que tal ideologia dominasse o imaginário de grande parte dos trabalhadores, principalmente aqueles que, a partir de 1937 vincularam-se à lógica do Estado Novo, do “quem tem ofício tem benefício”, ou seja, dos trabalhadores sindicalizados e ligados à máquina do Ministério do Trabalho.

Neste sentido, o primeiro esforço realizado fora no campo das ideias. A partir das publicações de periódicos e com a mudança na forma de atuar do Departamento de Imprensa e Propaganda a partir de 1937, pode-se perceber que o projeto político que se formava tinha como base três elementos fundamentais. A reconstrução da ideia de Revolução, que passa a ter sentido positivo e libertador, ganha terreno e se consolida no imaginário dos trabalhadores através de um massivo projeto de propaganda. A reformulação do conceito de democracia, contrapondo a tese da liberal-democracia “individualista e desumana” de outrora, enfatiza a democracia social, que surge como base do projeto trabalhista. Desta forma o cidadão da democracia social se resumiria de forma diferente ao cidadão da liberal-democracia, deixando de ser reconhecido pela propriedade de direitos civis e políticos, passando a ser reconhecidos pela posse de direitos sociais. O trabalho, no entanto ganha valor fundamental, uma vez que definia o homem como cidadão e digno de benefícios sociais, e passa a ser tratado como a atividade central da vida humana.

Depois de formulada a base doutrinária do Estado Novo entra em cena a divulgação das ações do Estado Novo, principalmente da legislação trabalhista. A radiofusão era neste sentido o principal meio de veiculação de informações, atingindo um público amplo. Programas como o “Hora do Brasil” vinha para servir como um instrumento de apoio ao Ministério do Trabalho, apresentando palestras semanais e até

diárias dos ministros do trabalho sobre assuntos como questões trabalhistas e organização sindical.

Para reforçar o valor do trabalho e da legislação social assim como aumentar a legitimidade e prestígio do Presidente Getúlio Vargas, enfatizava-se as comemorações de datas festivas. Quase sempre organizadas no Estádio do Vasco da Gama no Rio de Janeiro, estas datas representaram datas especiais aos trabalhadores como o dia do trabalho e o aniversário do presidente. Estas festividades tiveram grande impacto sobre os trabalhadores, que não abriram mão de comemorá-las mesmo após a queda do Estado Novo.

Em 1945, quando o país dava sinais da redemocratização, Getúlio Vargas criou aquele que representaria no período democrático que estava por vir, o partido dos trabalhadores ligados à tradição sindical e ao Estado Novo. Assim, o PTB manteria estreitas relações com setores sindicais e trabalhistas, construindo sua legitimidade através destas relações, e com o apelo carismático de Vargas. Este partido serviria como base para o “queremismo”, que ao surgir no período final do Estado Novo independentemente, foi utilizado pelo PTB como forma de garantir o pleito de 1950, quando se elege presidente Getúlio Vargas. Assumindo sua base doutrinária trabalhista, nacionalista e reformista, o PTB ainda seria responsável por intensas mudanças no meio sindical, realizando reformas importantes e dando independência aos sindicatos, principalmente após a atuação de João Goulart à frente da pasta do trabalho.

De uma forma geral, a dimensão que o trabalhismo tomou no imaginário popular pode ser exemplificada pelo movimento “queremista” e nos episódios que se seguiram a morte de Vargas. Neste sentido o queremismo expressou uma cultura política popular e manifestou uma identidade coletiva comum entre trabalhadores, que através de experiências vivenciadas no seio de sua classe, manifestaram uma corrente de expressão popular. Já as manifestações de revolta diante do suicídio de Vargas, representaram os sentimentos de uma parcela da população que, ao se sentirem órfãos do grande “pai dos pobres”, destruíram tudo aquilo que representasse a derrubado de seu “mundo imaginário” vendo na destruição de símbolos da oposição a legitimação de Vargas como chefe da nação.

Por fim, o trabalhismo não foi um sistema de cooptação de trabalhadores para serem utilizados como massa de manobra pelas mãos maquiavélicas de Vargas, como sugerem alguns, mas uma tradição política construída através do diálogo com

trabalhadores que superou as antigas estruturas conservadoras e mobilizou diversos setores da sociedade consolidando um projeto de nação e uma opção política.

## 6. REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 204 p.
- \_\_\_\_\_. **Trabalhismo e socialismo no Brasil: a Internacional Socialista e a América Latina**. São Paulo: Global, 1985. 56 p.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 171 p.
- BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. Lisboa: Estampa, 1998.
- BODEA, Miguel. **A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho**. Porto Alegre: L&PM, 1978. 103 p.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987. 196 p.
- CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI, Walter. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.32, pp.145-164, 2003.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945 – 1964)**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989. 317 p.
- DUARTE, Regina Horta. História e biologia: diálogos possíveis, distâncias necessárias. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.16, n.4, out.-dez. 2009, p.927-940.
- DULLES, John W. F. **Getúlio Vargas: biografia política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967.408 p.
- FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista : getulismo, PTB e cultura política popular**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 390 p.
- FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão(org). **Nacionalismo e Reformismo Radical**. (1945 – 1964). As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Jorge Luiz. A Cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.3, n.6, pp. 180-195, 1990.
- GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994. 300 p.
- \_\_\_\_\_. **Partido Trabalhista Brasileiro: getulismo trabalhismo, nacionalismo e reformas de base**. In. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org). Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53-82.

\_\_\_\_\_. **Reflexões em torno de populismo e trabalhismo.** Belo Horizonte: Seminário História e Culturas Políticas FAFICH – UFMG, 2001. 9 p. (artigo periódico)

GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. Apresentação. **Revista Tempo.** Dossiê: A nova “Velha” República. Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, pp. 1-14, jan./2009.

JASMIN, Marcelo Gantus; João Feres(org). **História dos Conceitos: debates e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio: Edições Loyola, 2006.

LE GOFF, Jacques. **A política ainda será a ossatura da história?** In: O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval. Lisboa: Edições 70, 1985. 255 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia.** In: Culturas Políticas na História: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. P.13-37

PARANHOS, Adalberto de Paula. **O roubo da fala:** origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999. 231 p.

RÉMOND, Rene. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

SHMIDT, Benito Bisso. **Os partidos socialistas na nascente República.** In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org). A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 131 – 184.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 356 p.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, 192 p.

#### **Fontes:**

Impressas:

Discurso de Getúlio Vargas, 1951. In: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo(1945 – 1964). São Paulo, 1989. Ed. Brasiliense.

Citação de Azevedo Amaral, “A revolução brasileira” em Cultura Política, n.5, julho 1941, pp. 133-142. In: GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo, p. 175.

Discurso pronunciado por João Goulart em 19 de junho de 1953, In: FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista: Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964).

Processo nº 73, FSPR, Série Ministérios, Subsérie Educação e Saúde Pública, lata 30, 1931-34. In: FERREIRA, Jorge Luiz. A Cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol.3, n.6, pp. 180-195, 1990.

Processo nº 31.583, FSPR, Série Movimentação pessoal, Subsérie Geral, lata 140, 1937.  
In: FERREIRA, Jorge Luiz. A Cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.3, n.6, pp. 180-195, 1990.

Manuscritos:

Getúlio Vargas, 05/1950 – Anotações de Getúlio Vargas sobre problemas de reestruturação do PTB em diversos estados. CPDOC/FGV

Getúlio Vargas 06/1948 – Indicações de Getúlio Vargas ao Diretório Nacional do PTB. CPDOC/FGV.

Telegramas de agradecimento de Alexandre Marcondes Filho a emissoras de radio pelo apoio prestado ao PTB. 1951. CPDOC/FGV.

Alberto Pasqualini, 08/07/1950. Carta de Alberto Pasqualini à Getúlio Vargas demonstrando a necessidade de fixação das diretivas básicas do trabalhismo pelo PTB, recomendando de que a campanha eleitoral seja partidária e enviando discurso solicitado por Getúlio Vargas. CPDOC/FGV.